

IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO:

Desafios Contemporâneos das
Sociedades Ibero-Americanas

De 23 a 27 de agosto de 2021

EVENTO ONLINE

ANAIIS DO EVENTO

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



Comissão Organizadora

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Marcelo Feldhaus	Diretor de Ensino de Graduação Representante da Pró-Reitoria Acadêmica Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Carlos Renato Carola	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Aurélia Regina de Souza Honorato	Coordenadora do Curso de Artes Visuais Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Bruno Dandolini Colombo	Curso de Educação Física Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Cibebe Beirith Figueiredo Freitas	Coordenadora Adjunta do curso de Letras Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Jeferson Luis Azeredo	Comissão de Divulgação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Lucene Cândido Magnus	Representante discente do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Vanessa Marcos Medeiros	Representante do Conselho Editorial Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Rafaela Ribeiro Pereira	Representante da Diretoria de Ensino de Graduação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Comissão Científica

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Graziela Fátima Giacomazzo	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Antonio Fernando Silveira Guerra	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Profª. Dra. Maria Teresa Santos Cunha	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Prof. Dr. José Antonio Mateo	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER (Argentina)
Profª. Dra. Ana Paula Vosne Martins	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Profª. Dra. Silvia Maria de Favero Arend	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Profª. Dra. Amalia Morales Villena	Universidad de Granada - Espanha
Profª. Dra. Maria Stephanou	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Denise Balarine Cavalheiro Leite	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Ana Sabrina Mora	Universidad Nacional La Plata - UNLP (CONICET) - Argentina
Profa. Dra. Patrícia Ferraz de Matos	Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Miguel Anxo Santos Rego	Universidade de Santiago de Compostela - Espanha
Prof. Dr. Agustín Escolano Benito	Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE) - Espanha
Prof. Dr. Alex Sander da Silva	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Prof. Dr. António Gomes Ferreira	Universidade de Coimbra - Portugal
Profª Dra. Patricia Paola Ames Ramello	Pontificia Universidad Católica del Perú - Peru
Profª Dra. Maria Luiza Rico Gómez	Instituto Universitario de Estudios Sociales da América Latina Universidade de Alicante - Espanha
Profª Dra. Maria João Mogarro	Instituto de Educação Universidade de Lisboa - Portugal

Grupos de Trabalho

Giani Rabelo e Ismael Gonçalves Alves

Finanças

Amalhene Baesso Reddig, Aurélia Regina de Souza Honorato e Maxuel Sander Flor

Cultura

Birgit Harter Marques e Matheus Zimmermann

Monitoria

Caroline Bortot, Jeferson Luis de Azeredo e Lucas Damásio

Comunicação e Divulgação

Lucene Cândido Magnus e Rafaela Ribeiro Pereira

Secretaria Geral

Leila Laís Gonçalves, Paulo Martins e Wender Firmino

Tecnologia

Carlos Renato Carola e Cibele Beirith Figueiredo Freitas

Apresentações de Pôsteres

Secretaria

Rafaela Ribeiro Pereira

Secretária da Diretoria de Ensino de Graduação
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Diagramação

Victor Burato

Designer

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



GT21

**Educação e Campo
Educativo em Pierre
Bourdieu**

SUMÁRIO

CLIQUE E SEJA DIRECIONADA/O PARA O TRABALHO

8

**APRECIACÃO COMEMORATIVA 40 ANOS DA
OBRA "A DISTINÇÃO: CRÍTICA SOCIAL DO
JULGAMENTO" DE PIERRE BOURDIEU**

Julia Siqueira da Rocha
Kamylla Raulino Vieira da Silva
Ione Ribeiro Valle

19

**CULTURA E CURRÍCULO ESCOLAR NOS TERMOS
DE PIERRE BOURDIEU: NOTAS SOBRE ASPECTOS
EPISTEMOLÓGICOS E ESTÉTICOS**

Elsio Lenardão

28

**DEZ ANOS DA POLÍTICA DE COTAS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
– UFSC: UMA ANÁLISE SOCIOLOGICA DAS
DISPOSIÇÕES DISCENTES**

Schirlei Russi von Dentz
Volmir von Dentz

40

**DOMINAÇÃO PARA PIERRE BOURDIEU: ESTUDO
DAS PRESCRIÇÕES DA AÇÃO INTEGRALISTA
BRASILEIRA COM BASE EM SEUS ESTATUTOS
(1932-1938)**

Gustavo Tiengo Pontes

52

**FORMAÇÃO DO MÚSICO POPULAR NO ENSINO
SUPERIOR: UMA DEFESA DE OBJETO E
PERSPECTIVA TEÓRICA DE ANÁLISE**

Letícia Dias de Lima
Fabiany de Cássia Tavares Silva

**61 O ACESSO DAS MULHERES À EDUCAÇÃO
SUPERIOR BRASILEIRA: O CASO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Silvana Rodrigues de Souza Sato

Mariele Martins Torquato

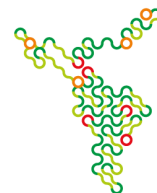
Luiza Turnes

**73 SOBRE O ESTADO. CURSOS DE PIERRE BOURDIEU
NO COLLÈGE DE FRANCE: CONFERÊNCIA DE 25 DE
JANEIRO DE 1990**

Marilândes Mól Ribeiro de Melo

Bruno Dalton Felisbino





APRECIÇÃO COMEMORATIVA 40 ANOS DA OBRA “A DISTINÇÃO: CRÍTICA SOCIAL DO JULGAMENTO” DE PIERRE BOURDIEU

Julia Siqueira da Rocha ¹

Kamylla Raulino Vieira da Silva ²

Ione Ribeiro Valle ³

Resumo: Este trabalho tem por objetivo revisitar a obra: “A Distinção: crítica social do julgamento”, escrita pelo sociólogo Francês Pierre Bourdieu em 1979. Comemorou-se 40 anos de sua publicação no ano de 2019. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada no âmbito das discussões de um grupo de estudos da teoria do sociólogo. A obra é uma das mais conhecidas e prestigiadas por provocar uma inflexão na teoria de Pierre Bourdieu e, ao longo dos anos 1970, Bourdieu visou elaborar uma teoria geral das classes sociais. “A Distinção: Crítica Social do Julgamento” está dividida em três partes: “Crítica social do julgamento do gosto”, “A economia das práticas” e “Gostos de classe e estilos de vida”. Nessa obra, duas ideias centrais e originais são expostas, de um lado, como relações de poder, o conceito de capital cultural como categoria de dominação, e, de outro, a violência simbólica que aparece em ações sutis como comer, vestir, cuidar do corpo ou até mesmo na ação de apreciar uma obra de arte, quando com tais atos hierarquias são organizadas. A obra nos ajuda a compreender os mecanismos sociais e culturais, retirando os fatores econômicos do eixo central das análises da sociedade e remetendo a uma estrutura relacional que considera as práticas de consumo culturais. A importância de sua revisitação se dá pelo fato de que tal obra acaba explicar os estudos sobre linguagem, grupos sociais, política, educação, e oferece, de maneira instigante, uma análise do mundo social do ontem e hoje, o que evidencia sua contemporaneidade.

Palavras-chave: Clássicos da Sociologia. Pierre Bourdieu. Conceito de distinção.

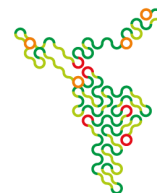
40TH YEARS COMMEMORATIVE APPRECIATION OF THE WORK: “DISTINCTION: A SOCIAL CRITIQUE OF THE JUDGEMENT OF TASTE BY PIERRE BOURDIEU

Abstract: This work has for objective to review the work: “Distinction: A Social Critique of the Judgement”, wrote by the French sociologist Pierre Bourdieu in 1979. This doing celebrated 40 years in 2019. This current work deals with a bibliographical research done in the middle of a group discussions about the sociologist’s theory. The work is one of the well known and prestigious for

¹Doutora em Educação pelo Programa de Pós Graduação em educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Consultora Educacional da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pesquisadora de Justiça na Educação pelo Laboratório de Pesquisas Educacionais Pierre Bourdieu – LAPSB/CED/UFSC UFSC e do Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina (GPEFESC/CNPq), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: jsiqueiradarocha@gmail.com.

² Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Supervisora escolar na Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). Pesquisadora de Justiça na Educação pelo Laboratório de Pesquisas Educacionais Pierre Bourdieu – LAPSB/CED/UFSC e do Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina (GPEFESC/CNPq), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: supervisorakamylla.hmz@gmail.com.

³ Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: ionevalle@ced.ufsc.br



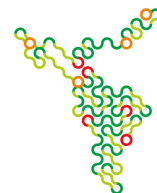
causing an inflexion on Pierre Bourdieu's theory and, during the 1970's, Bourdieu had aimed elaborating a general theory about social classes. "The Distinction [...]" has been split in three parts: "Social critique about the tastes' judgement", "The economy of practices" and "Classes' tastes and lifestyle". In this work, two central and original ideas are shown, from one side, how power ties, the concept of cultural capital as a domination category, and, on the other hand, the emblematic violence that is showed in subtle actions like eat, wear, take care of the body or even the act of appreciate a piece of art, when with such acts hierarchies are organized. The work helps us in understanding social and cultural instruments, taking economic factors away from the central axis of society and undergoing to a relational structure that considers cultural consumption practices. The importance in his revisiting is based on the fact in which such work settle studies about language, social groups, politics, education, and offers, in a provocative way, an analysis about the social world of yesterday and today, what emphasize his contemporaneity.

Keywords: Sociology's classics. Pierre Bourdieu. Distinction's concept.

1 Apresentação

Na condição de pesquisadoras de Justiça na Educação, vinculadas ao Laboratório de Pesquisas Sociológicas Pierre Bourdieu (LAPSB) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), importamos visitar obras clássicas da sociologia que nos permitam olhar a realidade educacional num diálogo muito próximo com os contextos sociais que as engendram. Pierre Bourdieu é o autor que nomeia o nosso Laboratório de Pesquisas e tem sido constantemente utilizado em inúmeros estudos do grupo, que, por sua vez, versam o acesso e permanência com qualidade nas distintas etapas educacionais; investigam sobre profissionalização docente em relação às categorias de gênero, classe social e etnias; bem como pesquisas sobre violências em contextos escolares; adolescentes em condutas de risco; uso das novas tecnologias de comunicação nas relações escolares; entre outros temas que induzem às perspectivas de justiça na e pela educação.

Assim a obra: "A Distinção: crítica social do julgamento" (Bourdieu, 2007[1979]), cuja primeira edição francesa completou 42 anos, foi eleita para análise neste artigo objetivando permitir ao leitor conhecer um importante trabalho ao qual se dedicou o referido sociólogo francês, que, por sua vez ilustra como se forjam as relações que legitimam as posições de classe em diferentes campos. Neste artigo vamos apresentar a obra em sua organização, destacando conceitos relevantes que, em nosso entender, permitem ao leitor conhecer não apenas a ambição do autor em produzir uma teoria geral das classes sociais, como também demonstram que tal teoria foi lograda por Bourdieu com tamanha maestria que, a despeito de inúmeras mudanças de ordem econômica e cultural decorridas em todos esses anos, ainda explica fatores preponderantes das desigualdades na atualidade.



A tradução que estamos analisando da referida obra tem mais de 500 páginas e é dividida pelo autor em três partes. Com tamanha profundidade, é mister que possamos esclarecer ao leitor que optamos por destaques e não pelo aprofundamento que cada título e subtítulo merecem. Os limites deste artigo nos impõem que façamos seleções que, esperamos, sejam capazes de cumprir os objetivos traçados, sobretudo no que concerne ao gesto de dar visibilidade à produção de legitimações e formações consequentes de disposições em diversos campos como classe social. Nossa proposição visa também despertar o desejo pela leitura do texto em sua completude.

2 Dados Técnicos da Obra

2.1 Referências

2.1.1 Obra Original

Bourdieu, Pierre;1930-2002

Título Original: “*La Distiction: critique sociale du jugement*”

Paris, collection: “*Les Sens Commun*”

1979

ISBN do original francês: 2-7073-0275-9

2.1.2 Obra Consultada

Bourdieu, Pierre.1930-2002

Tradução; Daniela Kern & Guilherme J.F. Teixeira

A Distinção: crítica social do julgamento

São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk,2007.

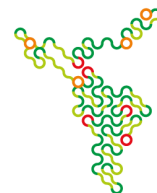
560p.

ISBN 978-85-88840-68-3

ISBN 978-85-314-1030-7

Projeto Gráfico: Alexandre Dias Ramos

Revisão Técnica: Alexandre Dias Ramso & Daniela Kern & Odaci Luiz Coradini



Editoração: Willliam C. Amaral

Tabela e Gráficos; Mayana Martins Redin

2.1.3 Palavras-Chave

1.Classes sociais-França; 2.Estética Francesa; 3 Arte-Aspectos Sociais; 4 Crítica.

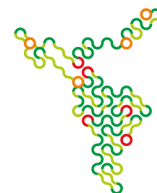
2.1.4 Sumário Reduzido

A obra possui introdução com sete páginas; uma primeira parte, intitulada “Crítica e ascendência de nobreza cultural”, com 75 páginas; a segunda parte chamada “A economia das práticas”, com 146 páginas; e, finalmente, a terceira parte, “Gosto de classes e estilos de vida”, com 219 páginas. Conta, ademais, com Anexo 1, nomeado “Algumas reflexões sobre o método”; Anexo 2, dedicado às “Fontes complementares”; Anexo 3, que lista “Os dados estatísticos; A pesquisa; Outras fontes”; além de “Anexo 4 Um jogo de sociedade”; e, por fim, à seção dedicada às “Notas”.

3 Nota sobre o Autor

Pierre Bourdieu, o campesino francês que chega a Sorbonne, não permanece nela sem polêmica. Em sua obra o “Homo Academicus” (2011), aquele que gosta do acabado revela que seu próprio ofício será objeto de sua vigilância epistemológica constante. O métier de sociólogo/intelectual será por ele escrutinado e provocado. Ele faz uma importante convocação aos intelectuais para que sujem os pés na cozinha da empiria, para que enfrente o som e a fúria do mundo, abandonando a cidade dos sábios para que percebam a sociologia como um esporte de combate. Sustenta que o intelectual seja crítico e que construa a democracia plena solfejando um contrapoder.

A sociologia das classes dominantes, os mecanismos de dominação e os processos que as legitimam, além das posições e disposições dos agentes nos campos, organizando as relações de poder, são foco de profundas pesquisas e de textos reveladores no espectro de sua brilhante contribuição. Destaca-se as teorias dos campos, dos capitais, do poder simbólico, numa vertente relacional entre esferas micro e macro sociais, e, ainda, a sua crítica contundente aos instrumentos de controle, notadamente a produção do lixo cultural, da educação diferente aos de diferentes origens



sociais e de nascimento, o que resulta em formas sofisticadas de violência simbólica e de dominação das massas.

4 Introdução

"Os bens culturais possuem, também, uma economia [...] deve-se trabalhar, antes de tudo para estabelecer as condições em que são produzidos os consumidores desses bens e seus gostos" (Bourdieu, 2007, p.9). Assim inicia Pierre Bourdieu a obra "A Distinção [...]", síntese do que se ocupa com uma lupa sobre inúmeros temas, tendo por panorama as aprendizagens e heranças familiares e o lugar da escola na produção dos consumidores dos gostos fabricados e hierarquizados.

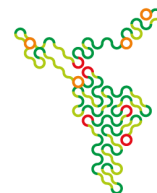
A obra em tela é resultado de pesquisa de larga escala, com distintos sujeitos e longa temporalidade, é um texto dedicado ao gosto e à arte e, com ele, o autor escrutina as posições e disposições dos agentes nos diferentes campos, a forma de aquisição e uso dos diversos capitais. Está em foco a produção do *habitus*, sua incorporação e a *hexis* corporal. O autor, assim, observa, analisa e explicita as práticas e vivências que são desempenhadas "[...] independente de nossa vontade e de nosso saber, uma função social de legitimação das diferenças sociais." (Bourdieu, 2007, p.14).

5 Parte 1 – Crítica Social do Julgamento do Gosto

O gosto, manifestado em práticas de consumo, revela os iguais e expõe os diferentes, inclusive em sua condição de inferioridade, pois as preferências unem aqueles cujas condições objetivadas se assemelham. A legitimação do gosto tem, nos títulos escolares, efeito de atribuição estatutária positiva, ou negativa se lhe falta o diploma, fixando indivíduos em classes hierarquizadas. Lê-se: "[...] de fato, a tendência da disposição culta para a generalização é apenas condição permissiva do esforço de apropriação cultural que está inscrita como uma exigência objetiva da burguesia" (Bourdieu, 2007, p.27).

Família e escola se completam como mercados simbólicos que ordenam as posições nos diversos campos sociais e instituem competências. Assim os gostos constituídos pela combinação de diferentes capitais impõem a ilegitimidade dos que não o possuem nos campos.

Habitus distintos, classificados em cultos ou doutos, fortalecem a cultura e hierarquia do aceito e do negado. Produzindo fortemente o que será invisibilizado, intolerável e inaceitável, ou seja, produzindo a cultura do inautêntico. Tal dinâmica expressa-se de modo facilmente verificável no



vestir, no comer, no estilo de vida consumido, na decoração, nos modos de falar e andar. Em outras palavras, é nas relações cotidianas que se revelam as distinções.

O senso estético, usado como senso de distinção, organiza o pertencimento e, assim, estratégias nos estilos de vida são adotadas com tomadas de posição conscientes e eletivas, fatores reservados aos das classes dominantes, e impondo-se às classes populares a posição de contraste e de ponto de referência negativo. Através de indicadores vinculados, como a origem social e o nível de instrução, pode-se observar a produção do *habitus* culto, de forma que a maneira de usar os bens simbólicos constitui os marcadores privilegiados de classe. Trata-se de competências que se forjam no prolongamento de ensinamentos que iniciam na família e são prolongados na escola, diferenciando-se do verniz cultural dos que fazem uma apropriação tardia e acelerada, em aprendizagens que visam a associação às classes dominantes.

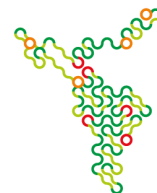
Nas palavras de Bourdieu (2007, p.66), “Na luta cotidiana entre as classes, a ideologia do gosto natural extrai suas aparências e sua eficácia ao naturalizar as diferenças reais, convertendo as diferenças nos modos de aquisição da cultura.” Tal naturalização faz parecer que nada é aprendido e tudo é, portanto, naturalmente, substrato de que possui o bom e o mau gosto, o apuro estético e sua ausência. Dicotomiza-se a experiência e o saber considerando como verdadeira uma possível oposição entre os aprendizados da família e da escola. “Qualquer herança material, é, propriamente falando, e simultaneamente, uma herança cultural” (Bourdieu, 2007, p.75).

Para finalizar nossos destaques da primeira parte do livro ora em tela, citamos a necessária reflexão presente na afirmativa de Bourdieu (2007, p.73), que diz: “A ideologia é uma ilusão interesseira, sem deixar de ser bem fundamentada”.

6 Parte 2 – A Economia das Práticas

Na segunda parte do livro, denominada “A economia das práticas”, Pierre Bourdieu (2007) segue produzindo a correspondência entre práticas culturais e classes sociais, evidenciando as relações de poder como categorias de dominação pelo capital cultural. Segue, ademais, apresentando a violência simbólica que aparece nas ações sutis e cotidianas, já aqui mencionadas, que organizam hierarquizações, produzindo efeitos de superioridade e inferioridade.

O autor aponta para um duplo sentido do termo “gosto”, que “[...] tende a produzir uma disposição culta, ao apresentar-se sob as aparências da disposição inata” (Bourdieu, 2007). Ou seja,



“[...] o gosto, enquanto ‘faculdade de julgar valores estéticos de maneira imediata e intuitiva’ é indissociável do gosto no sentido de capacidade para discernir os sabores próprios dos alimentos que implica a preferência por alguns deles” (Bourdieu, 2007, p.95). Dessa forma, ele precisa ser entendido como o balizamento do capital cultural e da trajetória social dos indivíduos, pois, a abstração que leva a isolar as disposições em relação aos bens de cultura legítima acarreta outra abstração no nível do sistema dos fatores explicativos.

Bourdieu (2007, p.101, grifos do autor), desenvolve nesse capítulo as interrelações entre as práticas e as posições dos indivíduos (ou das classes):

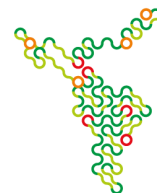
A classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de *propriedades* (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc. –, remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, [...] mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas.

As posições dos indivíduos nas classes sociais se diferenciam a partir de três critérios: a quantidade de capital possuído, a composição desse capital (isto é, a proporção entre o capital material e capital cultural) e a trajetória histórica que leva à formação de um *habitus*. Este último é tomado como esquema gerador de práticas sociais, as quais lidam com os diversos campos da vida social. Para Bourdieu (2007, p.96):

O *habitus* permite estabelecer uma relação inteligível e necessária entre determinadas práticas e uma situação, cujo sentido é produzido por ele em função de categorias de percepção e de apreciação; por sua vez, estas são produzidas por uma condição objetivamente observável.

Baseadas nessa interação entre condições culturais e materiais é que as múltiplas “afinidades eletivas” entre os gostos se desenvolvem. Um exemplo é da “ideologia do gosto natural” criticada por Bourdieu, no qual a “classe” (dessa vez no sentido de se portar, ter ou fazer as coisas com “classe”), é muitas vezes vista pelos membros de uma classe social como algo que lhes é intrínseco. De modo que, no caso das classes sociais mais altas, é visto como indicativo de superioridade de seu modo de ser em relação aos demais.

Outra questão importante que é abordada no capítulo ora em xequê diz respeito às transformações recentes da relação entre as diferentes classes sociais e o sistema de ensino, no qual é reservado ao diploma escolar um elevado poder simbólico, fazendo com que a instituição



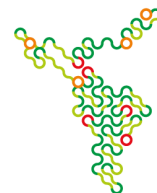
escolar se torne uma das instâncias da manutenção da ordem social. Para o autor, “[...] as principais vítimas da desvalorização dos diplomas são aquele que, desprovidos deles, entram no mercado de trabalho” (Bourdieu, 2007, p.127). No que diz respeito ao crescimento dos cargos oferecidos aos títulos escolares, Bourdieu (2007, p.127) diz:

A generalização do reconhecimento atribuído ao diploma teve, sem dúvida, o efeito de unificar o sistema oficial dos diplomas e qualidades que dão direito a ocupar posições sociais, além de reduzir os efeitos do isolamento, associados à existência de espaços sociais dotados de seus próprios princípios de hierarquização: sem que o diploma tenha conseguido, algum dia, impor-se completamente – pelo menos, fora dos limites do sistema escolar – como padrão único e universal do valor dos agentes econômicos.

Cabe ressaltar que há uma relação de dominação da parte dos diplomados para os não diplomados, no qual, os mais desprovidos dos meios herdados para valorizar os diplomas são vítimas de desvalorização. E é nessa desvalorização que a desclassificação se organiza: “Aqueles que são designados como ‘fracassados’ e estão ameaçados de desclassificação por não possuírem os diplomas formalmente exigidos dos membros que usufruem de plenos direitos” (Bourdieu, 2007, p.142).

A dinâmica dos campos presente nessa parte da obra nos permite compreender o jogo que se organiza entre oferta e procura dos bens culturais que se vinculam ao campo de produção e ao campo do consumo, os quais, inicialmente independentes, produzem uma dinâmica que dá condição de existência ao gosto, ao mesmo tempo que o gosto assegura o mercado dos produtos. Posições e disposições nas classes sociais conduzem a eficácia simbólica necessária para que a dinâmica dos campos se estruture. Nessa lógica, os estilos de vida retratam as lutas simbólicas que visam a imposição do estilo de vida legítimo aquele que permite a distinção.

Para finalizarmos os destaques do segundo capítulo, vamos destacar outro conceito importante para o autor, que é o da Hexis corporal, ou seja, os gostos legitimados e incorporados que passam a compor o corpo do seu portador. Obtida pela aplicação de um sistema de classificação social, esse corpo e seus comportamentos serão classificados como distintos, vulgares, morais e imorais. São só corpos de classes que se revelam ao estar em cena social



7 Parte 3 – Gosto de Classe e Estilos de Vida

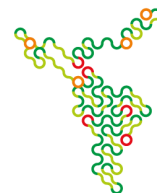
No terceiro capítulo, o autor se vale da análise das respostas de 467 pessoas da classe dominante que ele dividiu entre aqueles com maior capital econômico e maior capital cultural e os intermediários, que vêm a ser professores universitários, artistas, comerciantes e industriais. Suas intenções eram avaliar as disposições estéticas, posições éticas e os níveis de cultura.

Bourdieu afirma que sua análise permite ver que a estrutura das posições sociais se relaciona à estrutura organizativa dos indicadores dos diferentes estilos de vida, produzindo, assim, uma correspondência entre a estrutura do espaço dos estilos de vida no interior das diferentes classes sociais. Pertencentes à mesma classe social, a diferença se faz essencialmente em nível da estrutura do seu patrimônio, da quantidade do capital econômico e do capital cultural que possuem, além da trajetória social e dos modos de aquisição que lhe é correlacionado.

Outro fator importante diz respeito à antiguidade de pertencimento à classe dominante: é flagrante que aqueles cuja ancestralidade está nessa classe há mais tempo, possuem diferente apropriação dos bens simbólicos da cultura dominante, podendo chegar nesse entendimento referenciando o número de ascendentes em ordem decrescentes e seu pertencimento na classe dominante ou dominada.

O terceiro indicativo das diferenças de gosto no interior de uma mesma classe se relaciona à oposição de professores e artistas aos comerciantes industriais, estabelecendo-se aí uma apropriação cultural distinta da econômica, oriunda da nova burguesia, de forma que estes mesclam um gosto popular, a que o autor denomina de gosto médio.

De posse desses dados, Bourdieu conclui que o volume e a estrutura do capital constituem o princípio da divisão das práticas e das preferências. Com esse entendimento, seu objetivo é o de compreender as razões da relação entre as frações relativamente mais ricas em capital cultural e mais pobres em capital econômico e a forma mais ascética das suas disposições estéticas e práticas culturais, ao mesmo tempo legítimas e menos onerosas do ponto de vista econômico, que se relaciona às visitas aos museus, que, diferente das galerias de arte, relacionam-se mais com sua venda do que com sua apreciação e fruição artística. Nesse mesmo enquadramento poderiam ser tomadas as práticas de caminhada e alpinismo, que visam fruir a natureza, o que só é possível a quem adquiriu esse signo de distinção. Ademais, para o autor, o consumo de obras de arte está entre as importantes práticas



distintivas, pois visa o domínio sobre o bem estético, constituindo para com ele uma relação de proprietários.

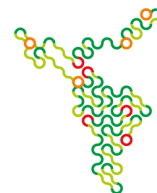
Bourdieu compreende a aquisição de obras de arte como a testemunha objetivada do gosto pessoal, uma vez que é a que melhor consagra a incorporação dos signos distintivos e dos símbolos do poder sob a forma de distinção natural e de autoridade pessoal e cultural.

Retomando a ideia de que a classe social não se define apenas por uma posição nas relações de produção, mas também pelo *habitus* que é produto dos condicionamentos impostos e associado pelas condições de vida, é que se compreende que a necessidade impõe o gosto da necessidade. São os sistemas das necessidades que explicam as coerentes escolhas de um *habitus*. O gosto, via de regra, assemelha-se às condições econômicas de consumo. Assim, as classes populares são condicionadas a escolhas pragmáticas a uma estética funcionalista.

É o viver no famoso custo-benefício que se agrava pelo reduzido capital cultural e pela falta de informação e de competências específicas, podendo, inclusive, gerar a negligência do cuidado com a saúde, com o corpo e com a beleza. Em outras palavras, ventila-se aí a possibilidade de que tais práticas passem a ser consideradas inúteis, desnecessárias, sem que seja percebida sua influência na notada baixa-estima. A adaptação a uma posição dominada implica uma forma de aceitação dessa dominação, reverberando em distintos campos da vida, como o profissional e o afetivo, o que acentua o signo da incompetência, de modo a personificar o não alcance daquilo que é vendido como bom e belo.

Bourdieu (2007) evoca a figura do fã no campo musical e esportivo para mostrar a compensação ilusória que ultrapassa essa relação e que se impõe por toda a cultura de massa. A relação com os produtos culturais de massa são o reforço a desapropriação e ao desvalor das classes populares. Trata-se do exercício de destituir-se em favor de quem e do que porta os signos e símbolos do que é legitimado como bem cultural.

Para fechar a terceira e final parte da obra, mobilizamos mais uma reflexão aí presente: a partir do referido texto de Bourdieu, observa-se como os intelectuais tendem à contestação simbólica da realidade social e das representações burguesas, e como os burgueses esperam dos seus artistas símbolos de distinção que funcionem, simultaneamente, como instrumentos de negação da realidade social e de reforço da certeza em si próprios.



8 Considerações Finais

A obra ora revisitada, de atualíssima perspectiva, é uma obra que denuncia a formação da legitimação do bom gosto e do mau gosto, além das violências simbólicas necessárias para essa legitimação e a retroalimentação dos mercados e da produção do gosto.

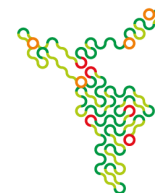
Aborda, ademais, a condenação das classes populares às culturas de massa que lhes impõe abdicar de gosto próprio e o papel da educação escolar neste jogo, que tende à reprodução e não à sua superação.

Finalmente, ao mesmo tempo em que dá a ver as relações de dominação, também por sua densidade, precisão e profundidade, trata-se uma obra que anuncia, que podemos virar este "ilusão" das distinções fabricadas, em favor de uma sociedade mais justa.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/SP;Porto Alegre/RS: EDUSP, ZOUZ, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle, Rev. Téc. Maria Tereza de Queiroz Piacentini. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011



CULTURA E CURRÍCULO ESCOLAR NOS TERMOS DE PIERRE BOURDIEU: NOTAS SOBRE ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS E ESTÉTICOS

Elsio Lenardão¹

Resumo: No centro dos debates atuais envolvendo o sistema de ensino brasileiro há a disputa entre variadas interpretações a respeito de quais conteúdos deveriam compor o currículo da escola básica. Embora não seja vinculado imediatamente a esse debate, é possível encontrar nos escritos de Pierre Bourdieu uma posição favorável à posição “conteudista”. Dada a relevância deste autor no campo da educação, convém aproveitar sua contribuição nesse caso. Para o esclarecimento da posição de Bourdieu a favor de um conteúdo curricular escolar clássico/propedêutico, seria relevante expor sua posição e avaliação comparativa daquilo que ele denomina “cultura erudita” ou “alta cultura” frente à “cultura popular”. Isto é, sua análise a respeito dos diferentes valores epistemológicos e estéticos das diferentes experiências culturais. Este artigo apresenta um levantamento inicial de escritos de Bourdieu que ilustram sua posição diante do tema, com base na leitura exegética de alguns de seus textos.

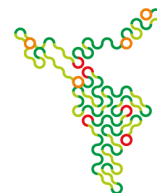
Palavras-chave: Pierre Bourdieu. Conteúdo curricular. Relativismo cultural

CULTURE AND SCHOOL CURRICULUM IN THE TERMS OF PIERRE BOURDIEU: NOTES ABOUT EPISTEMOLOGICAL AND AESTHETIC ASPECTS

Abstract: At the heart of current debates involving the Brazilian education system is the dispute between different interpretations of what content should be part of the basic school curriculum. Although not immediately linked to this debate, it is possible to find in the writings of Pierre Bourdieu a position in favor of the “content” position. Given the relevance of this author in the field of education, it is worth taking advantage of your contribution in this case. For clarification of Bourdieu's position in favor of a classic/propaedeutic school curriculum content, it would be relevant to expose its evaluation comparison of what he calls “high culture” or “erudite culture” against “popular culture”. That is, its analysis regarding the different epistemological and aesthetic values of the different cultural experiences. This article presents an initial survey of Bourdieu's writings that illustrate his position on the subject, based on the exegetical reading of some of his texts.

Keywords: Pierre Bourdieu. Curricular Content. Cultural Relativism

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina – Pr/Brasil.



Introdução

Para os indivíduos originários das camadas menos favorecidas, a escola permanece a única via de acesso à cultura [alta cultura/cultura erudita], e isso em todos os níveis do ensino; portanto, ela seria a via real da democratização da cultura (...). (Bourdieu, 2015, p. 38)

Este artigo faz parte de um esforço mais amplo² de situar a posição de Pierre Bourdieu quanto ao conteúdo do currículo escolar do ensino básico, considerando a hipótese de que esse autor seria favorável à uma composição clássica do conteúdo curricular, baseada no conhecimento científico e na “estética erudita” e não defensor de uma posição “relativista”³, como sugerem alguns intérpretes de sua obra.

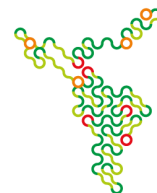
Bonnewitz (2003), por exemplo, toma a observação de Bourdieu de que a cultura escolar é um arbitrário cultural para inferir que este autor estaria indicando a possibilidade ou necessidade de substituição do conteúdo propedêutico por conteúdos alternativos.

(...) não há nenhuma justificativa racional, segundo Bourdieu, para o fato de estudar Maupassant e não a história em quadrinhos, a pintura acadêmica e não as produções dos ‘grafiteiros’, a música clássica e não a música ‘tecno’. Do mesmo modo, fundamentar os critérios de excelência na matemática e não no latim ou no grego, é arbitrário. A seleção das disciplinas ensinadas, assim como a escolha dos conteúdos disciplinares é o produto de relações de força entre grupos sociais. A cultura escolar não é uma cultura neutra, mas uma cultura de classe. (p. 114-115) (grifos nossos)

Dentro do propósito de verificar a posição de Bourdieu frente à cultura escolar, foi iniciada uma catalogação e análise das posições de Bourdieu a respeito da estética e da epistemologia próprias da “cultura erudita”. Toma-se, primeiramente, como objeto da exegese, os textos “A distinção” (2007b), “A reprodução” (1982) e “El sentido social del gusto (2010). Desse modo, foi possível vislumbrar uma sugestão de caracterização daquilo que Bourdieu nomina “cultura erudita” e “estética erudita” em relação às noções de “cultura popular” e “estética popular”, de modo que fica melhor esclarecida sua posição favorável à presença dos elementos da “cultura erudita” compondo a cultura escolar.

² Trabalho iniciado em outros artigos, como, por exemplo, Lenardão, Lenardão & Karpinski (2016), Lenardão (2019) e Lenardão e Lenardão (2021).

³ Para efeito deste artigo, o termo “relativistas” irá referir-se, simplificada, àqueles que fazem a crítica ao predomínio, na cultura escolar, da “cultura das classes dominantes” (científica e “erudita”) com seu suposto caráter uniformizante, em detrimento da presença das “culturas populares” com sua presumida diversidade. (Silva, 1995)



Bourdieu, quando pauta a consideração a respeito dos aspectos epistemológicos e estéticos da “cultura erudita”, observa que, antes de tudo, é preciso tomar em conta a gênese coletiva e individual da própria cultura erudita, ou seja, reconhecê-la como produto da história, seus vínculos de classe, suas condições materiais de produção, etc. (Bourdieu, 2007b, p. 32). A hipótese aqui é a de que, esse reconhecimento, por sua vez, não invalidaria, para Bourdieu, as qualidades fundamentais da “cultura erudita”, de tal modo a levá-lo a lamentar o fato de o acesso à “cultura erudita” ser negado às classes dominadas. (Bourdieu, 1983, p.100-102)

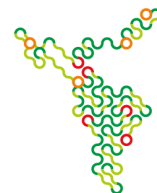
A “cultura erudita” como referência

Nas análises a respeito da relação entre cultura, dominação de classe e função da escola, Bourdieu toma a “cultura erudita” como referência para pensar essa relação. Por exemplo, é mirando o capital cultural “legítimo” (no caso, a “cultura erudita” e o conhecimento científico) como parâmetro que Bourdieu faz uso dos termos “pobres em cultura”, “despossuídos culturais” (Bourdieu, 2010, p. 30), “menos” ou “mais” preparados culturalmente, “mais” ou “menos” providos de cultura ou em “famílias culturalmente desfavorecidas” ou “culturalmente privilegiadas” (Bourdieu, 2012, p. 481; 507; 523). Do mesmo modo, Bourdieu (2007b, p. 108) refere-se a dois tipos de conhecimento, diferenciando-os: o “conhecimento comum” e o “conhecimento ‘erudito’”.

Diferenças nas “disposições estéticas erudita e popular”

Pode-se, em termos exploratórios iniciais, elencar algumas características que marcariam, distintivamente, segundo Bourdieu, a “cultura erudita”, revelando, de algum modo, seu alcance estético e epistemológico. Bourdieu anota, ao menos, dois critérios iniciais para se sugerir diferenças entre as estéticas “erudita” e a “popular”: o critério do “quantum” de história e o da “superioridade” em humanidade.

Quanto ao primeiro critério, o “*quantum*” de história, ele indica que haveria uma “diferença de nível” entre a “grande arte” (aquela que faz parte da “cultura erudita”) e as demais. Um critério ao qual recorre para definir isso, o nível, é o do *quantum* de “história” que as obras, de cada uma das artes, carregam. Isto é, o quanto elas representam de acúmulo de história da arte feita antes delas, à qual elas dão continuidade. Segundo Bourdieu haveria uma condição cumulativa na arte (nas



plásticas, na poesia, na literatura etc.) (Bourdieu, 2010, p. 250). A medição, a “prova dos nove” desse acúmulo, aparece no desafio de acessar e apreciar tais obras.

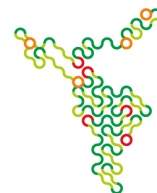
Vê-se, por exemplo, uma diferença entre aquela obra “sem história” (obra inicial, primária, experimental, cópia, apenas reflexo da grande arte etc.) que é de apreensão imediata, direta, sem distanciamento e aquela, a da “grande arte”, que só é acessível se se domina toda a história da arte anterior, isto é, o contexto de sua produção, toda a série de dificuldades, de tentativas e refutações, das superações que foram necessárias para se chegar à forma atual. O caso da Ópera seria uma demonstração dessa ideia de nível: sem dominar tudo o que a envolve (contexto, referências históricas, personagens envolvidos etc.) não se a aproveita completamente.

Para justificar esse critério, Bourdieu destaca que as “obras eruditas” são “estruturas complexas”, marcadas pela referência à história da produção à qual se ligam. Está opondo essa característica, de “estrutura complexa”, àquela de “códigos mais simples”, base de confecção, por exemplo, dos produtos da indústria cultural.

As obras produzidas pelo campo de produção erudita são obras ‘puras’, ‘abstratas’ e esotéricas. (...) trata-se de obras esotéricas tanto pelas razões já aludidas como por sua estrutura complexa que exige sempre a referência tácita à história inteira das estruturas anteriores. Por este motivo, são acessíveis apenas aos detentores do manejo prático ou teórico de um código refinado e, conseqüentemente, dos códigos sucessivos e do código destes códigos. (BOURDIEU, 2007c, p. 116)

Em relação ao segundo critério, o da “superioridade” em humanidade, à pergunta se há algo intrínseco que faz a diferença qualitativa da “grande arte” (componente da “cultura erudita”), Bourdieu inicia sua resposta pela busca de algo universal na própria cultura. Uma primeira resposta ele encontra em Durkheim, na obra “Formas elementares da vida religiosa”, que sugere que se há algo de universal na cultura, este algo é a “ascese” – isto é, a ideia de autocontrole do corpo e do espírito, “a relação de domínio de si”, a capacidade de distanciamento do prático, dos dramas e das necessidades imediatas etc. (Bourdieu, 2010, p. 249)

A posição central dessa característica da “ascese” na análise de Bourdieu pode ser vista, por exemplo, no texto “A distinção” (2007b). Neste, referindo-se aos fatores condicionantes dos gostos, Bourdieu recorre a uma aproximação entre os critérios e características diferenciadoras entre os gostos “culto” e o “vulgar” propostos pela “teoria do gosto puro” e os princípios que marcariam, de fato, os condicionantes sociais do gosto.



Provavelmente, Bourdieu recorre à exposição da “teoria do gosto puro” porque ela pode vir a cair muito bem, quanto à análise do gosto, como expressão ideológica do “racismo de classe” (2015, p. 95) e, também, porque ela, de algum modo, consegue captar, em termos analíticos, os principais fundamentos que marcariam os diferentes gostos: a “liberdade ou luxo” (no caso do “gosto erudito”) e a “necessidade” (no caso do “gosto vulgar”). (Bourdieu, 2007b, p. 170)

Uma das maneiras de aproveitamento, por parte de Bourdieu, da “teoria do gosto puro”, visa, exatamente, utilizá-la para iluminar os aspectos que definem as diferenças de gostos relacionados às condições materiais de existência, manejando os princípios diferenciadores que ela propõe. Já aqui, a comparação dos diferentes gostos sugere, segundo Bourdieu (2007b, capítulo 3), alguma “superioridade” estética ao “gosto culto”, derivada das condições de liberdade que permitiriam sua expressão.

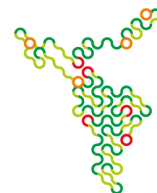
A “teoria do gosto puro” destaca a característica da ascese como marca da “grande arte”, da “arte erudita”. No entanto, a vê abstratamente, enquanto essência ou como natureza própria dessa arte (Bourdieu, 2007b, p. 453). Bourdieu, por sua vez, referenda a relevância dessa característica, mas a percebe como possibilidade ou fruto de certas condições materiais de existência que a permitem, como o distanciamento em relação à “necessidade”, o “desinteresse”, o “desprendimento” etc.⁴

O verdadeiro princípio das diferenças que se observam no campo do consumo, e muito além dessa área, é a oposição entre os *gostos de luxo (ou de liberdade)* e os *gostos de necessidade*: os primeiros caracterizam os indivíduos que são o produto de condições materiais de existência definidas pela *distância da necessidade*, pelas liberdades ou, como se diz, às vezes, pelas *facilidades* garantidas pela posse de um capital, por sua vez, os segundos exprimem, em seu próprio ajuste, as necessidades de que são o produto. (BOURDIEU, 2007b, p. 168-169) (grifos do autor)

De fato, a condição primordial que permitiria a “ascese” seria a “liberdade”, promovida por condições materiais de vida específicas favoráveis a essa possibilidade (Bourdieu, 2007b, p. 352-353). De qualquer modo, seria a “liberdade” que permitiria a expressão, na arte (ou melhor, nos produtos da cultura) das potencialidades humanas “universais”.

Com base na sugestão de que a maior ou menor “disposição ascética” seria um marcador importante a distinguir as diferenças de gosto entre as classes e frações de classe, Bourdieu (2007b) sugere ser a “estética popular” uma estética “em si” e não “para si” (p. 12). Nesse sentido, no que se

⁴ O capítulo 7 de “A distinção” (Bourdieu, 2007b) mostra com clareza a ligação entre “necessidade”, “distância” em relação a esta, e disposição estética. Ver, por exemplo, p. 352-353.



refere ao “gosto popular”, este estaria submetido a um círculo dentro do qual ele se constitui. Esse círculo teria como um princípio fundamental “(...) a escolha do necessário” (Bourdieu, 2007b, p. 355) ou, ainda, o fato de que “(...) a resignação à necessidade está na origem do gosto de necessidade”. (idem, p. 356)⁵

Quer dizer, a “estética popular” seria uma estética que priorizaria uma “continuidade” entre a arte e a vida, o que implicaria, por exemplo, na subordinação da forma à função. Uma estética que mostraria preferências por expressões artísticas e experiências menos formalizadas, menos eufemísticas e preferências por aquelas obras que oferecem satisfações mais diretas e imediatas. Uma estética que, em seus julgamentos sobre a obra de arte, enfatizaria referências às normas da moral ou do decoro (Bourdieu, 2007b, p.43; p. 355-356). Tudo isso contra o “desinteresse”, o “desprendimento”, o “prazer”, o “deleite”, o “distanciamento”, a “gratuidade” e a “ascese”, elementos mais próprios da “estética pura” ou “erudita”. (Bourdieu, 2007b, p. 13)

Se se considera que o “distanciamento da satisfação, da necessidade imediata”, poderia ser tomado como expressão ou característica do “gosto culto” (da “grande arte”), conforme o critério daquilo que seria universal na cultura (a ascese), faria sentido sugerir que o “gosto culto” seria, por sua vez, neste traço, “(...) superior en humanidad al gusto vulgar [‘al arte vulgar’]” (Bourdieu, 2010, p. 249). Ou, ainda, seria possível indicar que “(...) el arte culto es más universal”. (idem p. 250)

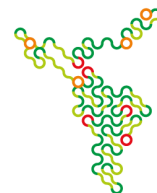
Diferentes disposições estéticas e cultura escolar

Quanto à relação entre diferentes disposições estéticas e cultura escolar, ao referir-se à produtividade do Trabalho Pedagógico (TP), Bourdieu e Passeron, no texto de “A reprodução” (1982, p. 59), já apresentavam a hipótese do efeito das “urgências da prática” (necessidades imediatas) sobre a promoção ou a limitação das aptidões ligadas ao “domínio simbólico da prática”, sendo este mais próprio à “cultura erudita”.⁶

A utilização do critério da “ascese” para marcar uma das diferenças havidas entre a “cultura erudita” (burguesa) e a “cultura popular”, aparece também na avaliação que o autor faz das práticas

⁵ Ver, também, Bourdieu (2007, p. 54).

⁶ Ver excelente trecho sobre o tema em Bourdieu (1982, p. 60).



pedagógicas no Ensino Secundário francês dos anos 1960, nas quais tal critério apareceria como um “princípio de classificação” aplicado em suas práticas pedagógicas.

(...) o sistema de ensino privilegia ao mesmo tempo os que tiveram o privilégio de receber de uma família relativamente isenta do pragmatismo imposto pelas urgências da necessidade econômica a aptidão para o domínio simbólico, isto é, sobretudo verbal, das operações práticas e a relação isolada, distante e ‘desinteressada’ com o mundo, com o outro e, portanto, com a linguagem e com a cultura que são exigidas pela Escola, muito particularmente quando se trata de adquirir disposições tão fortemente valorizadas quanto a disposição propriamente estética ou a atitude científica. (BOURDIEU & PASSERON, 1982, p. 223-224)

Considerações finais

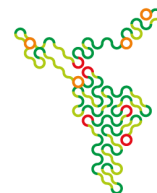
A sociologia da cultura de Bourdieu tem como preocupação central denunciar a condição das classes populares de “desapossamento” do capital cultural mais valorizado na formação social burguesa. Conforme Bourdieu (2010, p. 250), “(...) se puede decir que el arte culto es más universal. Sin embargo, las condiciones de acceso a ese arte universal no están distribuidas universalmente”.⁷ Dessa forma, as diferenças de gosto e práticas, havidas entre as classes sociais, deveriam ser entendidas a partir das condições de acesso à constituição das capacidades de apreciação e julgamento do estético. (Bourdieu, 2010, p. 251)

Está colocada, aqui, a hipótese de que, para Bourdieu, a cultura escolar, para além de ser a “cultura das classes dominantes” ou a “cultura legítima”, fruto das lutas por classificação (Bourdieu, 2020, p. 159), seria uma cultura cujo conteúdo teria grande valor epistemológico e estético, além de alto valor no mercado de bens simbólicos.⁸ É nesse sentido que Bourdieu (2010) critica aqueles que praticam o que ele nomina “populismo estético” (p. 31), isto é, aqueles que invocam “el gusto del pueblo” para condenar a arte moderna e o apoio estatal à divulgação desta arte, por exemplo, por meio da cultura escolar.

Decir, a propósito de la gente del pueblo, que no quiere el arte moderno, es bastante tonto. De hecho, eso no le concierne. Por qué? Porque no se ha hecho nada para desarrollar en ella la *libido artística*, el amor al arte, la necesidad de arte, que es una construcción social, un producto de la educación. (BOURDIEU, 2010, p. 32)

⁷ Ver, também, Bourdieu (1983, p. 100-102).

⁸ Para uma ideia da valorização que Bourdieu faz da “cultura erudita” e do conhecimento científico, ver os dois documentos (Bourdieu, 1986; 1990) com os quais contribuiu visando reformas no sistema educacional francês.



Sendo assim, Bourdieu sugere que dos seus estudos que visam criticar o monopólio da “diferença cultural” e o “fetichismo da cultura”, pode-se extrair um “programa humanista” de formação cultural, baseado na busca pela democratização do universo do prazer estético. (Bourdieu, 2010, p. 250-251)

Si las condiciones de acceso al ‘gran’ arte son sólo un asunto de virtud o de don, la distribución actual de las preferencias y de las prácticas es, a la vez, justificada y justificadora. De hecho, la universalidad de los estetas es producto del privilegio; tienen el monopolio de lo universal. Y se trata de luchar por universalizar el acceso a lo universal. (BOURDIEU, 2010, p. 251)

Bourdieu denunciava o falso caráter democrático da escola. Ele gostaria que esta fosse democrática de fato (Bourdieu, 2015, p. 101). Isto é, que o fosse para oferecer a todas as crianças e jovens possibilidades reais de acesso ao “capital cultural”, isto é, à “cultura erudita” e ao conhecimento científico (Bourdieu, 2010, p. 43). Até porque, como registraram dois colaboradores de Bourdieu (2012, p. 525) no livro *A miséria do mundo*, “(...) os alunos pouco dotados de bagagem cultural [erudita], [por causa disso] tem mais coisas para aprender na escola”.

Referências

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. (3ª edição) Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Bourdieu: Sociologia**. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BOURDIEU, Pierre et al. Proposições para o ensino do futuro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, n. 67, 152-169, jan./abr. 1986.

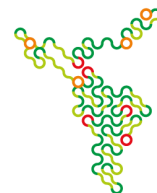
BOURDIEU, Pierre et al. Principios para una reflexión sobre los contenidos de la enseñanza. **Revista de Educación**, Madrid/Espanha, n. 292, p. 417-425, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

_____ **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007b.

_____ **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007c.

_____ **El sentido social del gusto**: elementos para una sociología de la cultura. Tradução de Alicia Gutiérrez. Buenos Aires/Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2010.



BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares Azevedo et al. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia geral**: lutas de classificação (vol.1). tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

Lenardão, Elcio; Lenardão, Edmilson & Karpinski, André Luiz (2016). 'Proposições para o ensino do futuro': contribuições de Pierre Bourdieu a uma 'pedagogia racional'. *Imagens Da Educação* </P>ISSN 2179-8427, 6(3), 37-48. <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i3.29315>

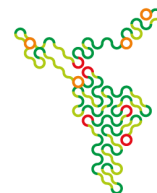
LENARDÃO, Elcio. A Cultura escolar nos termos de Pierre Bourdieu: em defesa do conteúdo curricular clássico. In: **VIII Congresso Iberoamericano de Pedagogia: memória acadêmica** / Marisa Álvarez ...[etal.]; compilado por Norberto Fernández Lamarra.-1 ed. -Sáenz Peña:Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2019. Libro digital, PDF.

LENARDÃO, Elcio e LENARDÃO, Edmilson. A posição de Pierre Bourdieu frente ao conteúdo do currículo escolar. in: PEREIRA, Denise (org.). **História e memória da profissão docente**. Ponta Grossa-Pr: Atena, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Cultura dominante, cultura escolar e multiculturalismo popular. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas em sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. Tradução de Maria Helena Albanan. Lisboa/Portugal: Ed. Moraes, 1977.

SNYDERS, Georges. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** Tradução de Maria Felisminda de Rezende e Fusari. São Paulo: Cortez, 2008.



DEZ ANOS DA POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS DISPOSIÇÕES DISCENTES

Autora Schirlei Russi von Dentz ¹

Coautor Volmir von Dentz ²

Resumo: Este trabalho apresenta, a partir de um quadro de dados quantitativos (cadastros socioeconômicos dos anos 1998, 2008 e 2018), como se colocam/distribuem nos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC os alunos das classes sociais mais baixas em relação aos de classes sociais mais elevada. Examinamos as relações com a cultura conforme os interesses dos estudantes nos seguintes quesitos (artes, cinema, dança, música, teatro, literatura, esportes, outros). A metodologia apoia-se na análise das correspondentes múltiplas – ACM, ela permite ao mesmo tempo uma leitura dos gráficos produzidos pelo conjunto das variáveis utilizadas e a interpretação sociológica das posições dos agentes no espaço social proposto, neste caso, a universidade. A base teórica do estudo é a teoria sociológica de Pierre Bourdieu, da qual alguns elementos são mobilizados para uma orientação do olhar aos fenômenos sociais que acontecem na UFSC. Nesse sentido, as categorias em uso são: *produção, reprodução, tempo, campus, habitus, dominação, legitimação das desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais etc.*

Palavras-chave: Universidade Federal de Santa Catarina. Políticas de cotas; Dominação, Capitais;

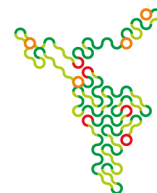
TEN YEARS OF THE QUOTA POLICY AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA CATARINA - UFSC: A SOCIOLOGICAL ANALYSIS OF STUDENT PROVISIONS

Abstract: Based on a set of quantitative data (socioeconomic registers from the years 1998, 2008, and 2018), this paper presents how students from lower social classes are placed/distributed in undergraduate courses at the Federal University of Santa Catarina, UFSC relatively to those of higher social classes. We examine relationships with culture according to students' interests in the following areas: visual arts, cinema, dance, music, theater, literature, sports, others. The methodological basis is the Analysis of Multiple Correspondents – AMC, which allows, at the same time, a reading of the graphs produced by the set of variables used and the sociological interpretation of the agents' positions in the proposed social space, in this case, the university. The theoretical basis of the study is Pierre Bourdieu's sociological theory, from which we mobilize some elements to guide the gaze at social phenomena that take place at UFSC. The categories in use are: *production; reproduction; time; campus; habitus; domination; legitimation of social, economic, and ethnic-racial inequalities, among others.*

Keywords: Federal University of Santa Catarina. Quota Policies. Domination. Capitals.

¹Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Pesquisa financiada pela CAPES.

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Professor de Filosofia no Instituto Federal de Educação – IFSC, São José, Santa Catarina, Brasil.



Introdução e metodologia para interpretação da empiria

Neste trabalho se apresenta como se distribuem os estudantes com relação a titulação escolar dos pais dos estudantes, classificando-os por classes sociais mais baixas e classes sociais mais altas, e evidencia-se dos estudantes qual predileção eles têm pelas artes e o esporte. Esses estudantes são os dos cursos de graduação mais concorridos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; que são os cursos de Medicina, Nutrição, Odontologia, Enfermagem, Engenharia Química, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Educação Física, Psicologia e Direito. Traçando uma análise comparativa entre o período que antecede a implementação das Políticas de Ações Afirmativas, anos³ de 2003 e 2007, com o período de implementação, anos de 2008 e 2018, ressaltando como se configuram os diferentes gostos e possíveis elementos de *distinção* entre as classes citadas. Assim foi feita a exploração dos dados a partir de 3.323 cadastros socioeconômicos⁴ preenchidos pelos estudantes desses cursos nos quatro anos citados.

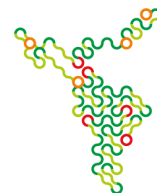
Para interpretar a relação que os estudantes estabelecem com a cultura recorreu-se as categorias sociológicas desenvolvidas por Pierre Bourdieu. Assim, primeiro para uma análise dos diferentes indivíduos, isto é, os estudantes da UFSC, se realizou um “agrupamento” que permitiu fazer semelhanças entre eles e a isso chamar de “classes no papel”, ou seja, buscou-se reunir os estudantes a partir da titulação dos pais. Conforme Bourdieu (2007b)

[...] podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com todas as probabilidades, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes (BOURDIEU, 2007b, p. 136).

Então para a averiguação da condição de titulação escolar dos pais dos estudantes fez-se três grupos, primeiro, *as classes populares* (para os pais que ou não foram alfabetizados ou leem e escrevem, mas nunca estiveram na escola ou tem o ensino fundamental incompleto). Segundo, *as classes médias* (para os pais que ou tem o ensino fundamental completo ou o ensino médio incompleto ou completo) e terceiro, *as classes superiores* (para os pais que tem ou o ensino superior incompleto

³ A proposta inicial deste trabalho enviada ao congresso previa uma análise desde o ano de 1998 a 2018, mas quando foi coletado os cadastros socioeconômicos, que ocorreu uns meses depois à submissão ao trabalho, foi-nos advertido que a coleta realizada no ano de 1998 não contabilizou a variável raça/cor. Então, observou-se que essa variável só ocorria no ano de 2003, por isso a pesquisa tem por base os anos de 2003, 2007, 2008 e 2018.

⁴ Para a obtenção dos cadastros socioeconômicos e o uso dos mesmos no trabalho de tese e neste artigo, foi submetido o projeto de elaboração da tese ao Comitê de Ética em Pesquisa e a aprovação efetivada; Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 95730818.4.0000.0121.



ou completo ou a pós-graduação). Para este artigo analisa-se as classes populares e as classes médias como sendo as “baixas” relacionando com as classes superiores.

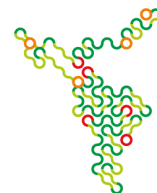
Dessa maneira,

nesse universo de continuidade, o trabalho de construção e de observação consegue isolar conjuntos (relativamente) homogêneos de indivíduos caracterizados por conjuntos de propriedades estatisticamente e socio logicamente associadas entre si em diferentes graus ou se preferirmos, grupos separados por *sistemas de diferenças* (BOURDIEU, 2007a, p. 240).

Portanto, esta disposição dos indivíduos em classes permite, conforme Bourdieu observar *a sociedade como um espaço multidimensional de posições sociais*. Ou seja, realizando uma análise das correspondentes múltiplas – (ACM), ela permite ao mesmo tempo uma leitura dos gráficos produzidos pelo conjunto das variáveis utilizadas e a interpretação sociológica das posições dos agentes no espaço social proposto, neste caso, a universidade.

Assim, o mundo social pode ser retratado, conforme o autor, como um “espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo” (BOURDIEU, 2007b, p. 133-134). A partir desse espaço social delimitado, pode-se entender a dinâmica dos agentes ou de grupos de agentes que se definem “pelas suas *posições relativas* neste espaço” (BOURDIEU, 2007b, p. 134). Essas *posições relativas* se constituem em conformidade com as propriedades que os agentes possuem e que lhes conferem *poder* nas relações. Já as propriedades são e podem ser observadas a partir dos diferentes tipos de capitais dos agentes que podem ser o econômico, o social, o cultural.

Neste trabalho, discute-se, principalmente, o capital escolar/cultural dos pais dos estudantes, ou seja, a titulação que eles possuem no seu estado institucionalizado, pois para Bourdieu (2014, p. 87) o “capital cultural possuído por determinado agente” confere a ele “um reconhecimento institucional, o certificado escolar permite, além disso, a comparação entre diplomados”. E, também, se discute se há elementos de *distinção* com relação a predileção dos estudantes por: artes, cinema, dança, música, teatro, literatura, esportes entre as classes populares e médias por um lado e as classes superiores por outro.



A arte como elemento de distinção dos estudantes da UFSC nos cursos mais concorridos

Ao interpretar como se posicionam os estudantes no espaço social de observação escolhido que é a UFSC nos cursos⁵ mais concorridos e elitizados se averigua se as classes superiores se constituem num espaço diferenciado com relação as classes populares e médias. “Cujas estrutura é definida pela distribuição entre seus membros, das diferentes espécies de capital, de modo que cada fração é caracterizada propriamente falando por certa configuração dessa distribuição do capital cultural à qual corresponde, por intermédio dos *habitus*, certo estilo de vida” (BOURDIEU, 2007a, p. 242).

Então, primeiro destaca-se, na Tabela 1, como ficam distribuídos os estudantes com relação aos cursos e a titulação dos pais, apresentando os cursos de graduação por centros de ensino: Centro de Ciências da Saúde (CCS), o curso de Medicina com 7,30% dos estudantes pertencentes as classes populares, 23% são das classes médias e 69,70% são das classes superiores. O curso de Nutrição apresenta 11,90% dos estudantes que são das classes populares, 26,30% são das classes médias e 61,80% são das classes superiores. Também o curso de Odontologia apresenta 10,60% dos estudantes das classes populares, 31,20% das classes médias e 58,20% das classes superiores, por último, ainda desse centro de ensino o curso de Enfermagem que tem 14,80% dos estudantes pertencentes as classes populares, 45,90% são das classes médias e 39,40% são das classes superiores.

O que se destaca deste centro no que se refere a titulação dos pais é que o curso de Enfermagem é o que mais tem classes populares e o que menos detêm essa classe é o curso de Medicina. Vale ainda destacar que os maiores índices de aprovação estão, para as três classes, onde se tem o maior nível de titulação dos pais (ensino fundamental incompleto, médio completo e superior completo).

⁵ O critério adotado para eleger os cursos mais concorridos e elitizados da UFSC foi o número de candidatos vaga /, tendo por base o ano de 2018. Então, para os cursos mais concorridos entraram aqueles que têm concorrência acima de 20 candidatos vaga. Sendo assim distribuído: Medicina, 227,54 c/v; Nutrição, 29,19 c/v; Odontologia, 26,34 c/v; Enfermagem, 22,85 c/v; Engenharia Química, 26,18 c/v; Engenharia Civil, 21,29 c/v; Arquitetura e Urbanismo, 31,82 c/v; Educação Física, 24,38 c/v; Psicologia, 37,94, c/v; Direito, 45,16 c/v.



Tabela de número 1: Titulação dos pais dos estudantes da UFSC nos dez cursos mais concorridos

	Medicina	Nutrição	Odontologia	Enfermagem	Arquit. Urb.	Eng. Civil	Eng. Química	Direito	Educ. Física	Psicologia	Total
Não alfabetizado	0	2	1	2	1	3	1	5	7	1	23
Lê e escreve, mas nunca foi a escola	3	1	1	0	1	2	0	2	2	3	15
Fundamental incompleto	24	15	34	37	19	25	15	38	46	17	270
Fundamental completo	15	2	14	18	12	14	7	22	23	10	137
Médio completo	58	31	73	87	44	66	30	88	100	68	645
Médio incompleto	12	7	19	16	9	22	5	27	26	19	162
Superior incompleto	26	14	29	27	19	27	19	48	51	38	298
Superior completo	126	56	100	48	118	135	48	220	123	83	1057
Pós-Graduação	106	24	69	29	73	83	45	156	66	64	715
Total	370	152	340	264	296	377	170	607	444	303	3323

Fonte: dados obtidos junto a Coperve, elaborado pelos autores

Como se pode observar está longe de ser o CCS o centro com maior concentração de capital escolar/cultural institucionalizado. O centro que mais detêm esse tipo de capital é o Centro Tecnológico (CTC), veja-se os cursos desse centro como ficam distribuídos os estudantes nas classes. O curso de Arquitetura e Urbanismo possui apenas 7% das classes populares, 22% são das classes médias e 71% dos estudantes são pertencentes as classes superiores. No curso de Engenharia Civil tem-se 7,90% dos estudantes oriundos das classes populares, 27% são das classes médias e 65% são das classes superiores. E no Curso de Engenharia Química 9,40% dos estudantes são das classes populares, 24,60% são das classes médias e 65,90% são das classes superiores.

No Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) tem-se um único curso de grande concorrência que é o de Psicologia. Nele os estudantes das classes populares representam apenas 6,90%, as classes médias 32% e as classes superiores 61%.

Do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) o curso de graduação em Direito que tem 7,40% dos estudantes pertencentes as classes populares, 22,50% são das classes médias e 69,80% são das classes superiores.

Por fim, o Centro de Desportos (CDS) com o curso de Educação Física que apresenta 12,50% dos estudantes oriundos das classes populares (ficando, inclusive, atrás do curso de Enfermagem), 33,60% são das classes médias e 54,10% são das classes superiores. Portanto, isso é o que se define



por “classes” neste artigo e quando se mobiliza está-se tratando desse capital institucionalizado que se refere a titulação dos pais dos estudantes.

Na Tabela 2 se demonstra qual a preferência dos estudantes pelas artes dos cursos citados acima. Observando os índices de respostas dos estudantes das classes superiores, das classes populares e médias se vê que não há distinção entre elas no que diz respeito a arte preferida. A concentração dos estudantes se dá em maior porcentagem em três tipos de artes: primeiro o Esporte, segundo Música e terceiro Cinema.

Tabela 2: Referente a preferência pelas artes dos estudantes dos cursos mais concorridos da UFSC

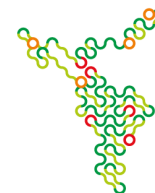
	Artes Plást.	Cinema	Dança	Esporte	Literatura	Música	Teatro	Não Inf.	Outros	Total
Não alfabetizado	0	2	3	9	4	3	1	0	1	23
Lê e escreve, mas nunca esteve na escola	2	2	1	5	2	1	1	0	1	15
Fundamental incompleto	17	30	23	94	28	53	10	1	14	270
Fundamental completo	10	25	17	31	11	30	6	0	7	137
Médio incompleto	10	21	12	51	20	32	10	0	6	162
Médio completo	26	83	65	217	74	131	15	0	34	645
Superior incompleto	18	33	25	97	38	63	8	0	16	298
Superior completo	56	150	86	359	116	218	27	1	44	1057
Pós-Graduação	28	116	49	215	73	166	31	0	37	715

Fonte: dados obtidos junto a Coperve, elaborado pelos autores

Ou seja, tanto as classes populares, como as médias, quanto as classes superiores tem predileção pelos “esportes” nos quatro anos analisados que são 2003, 2007, 2008 e 2018, assim que totalizam 1.078 estudantes nessa categoria. Para a música foram 697 respostas e para o Cinema 462.

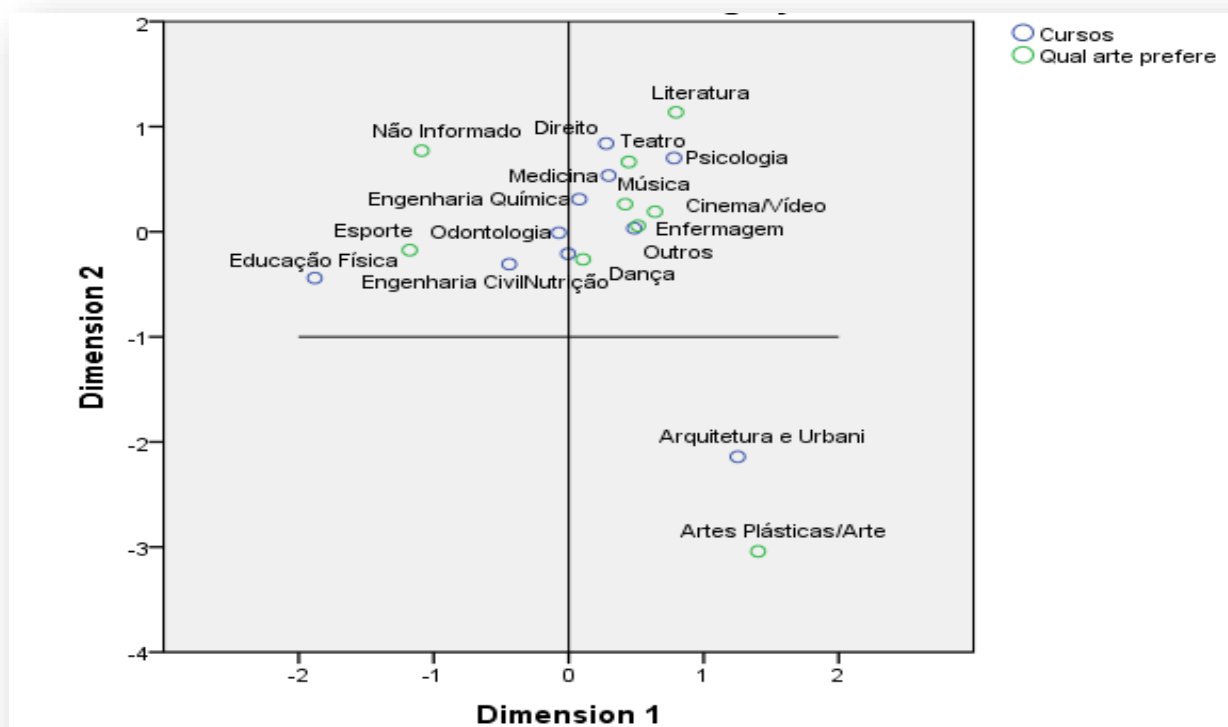
No Gráfico 1 se pode visualizar como se distribuem os estudantes conforme o curso e a preferência pelas artes. Assim que, considerando com Bourdieu (2007a) que cada indivíduo, e neste caso o estudante da UFSC, busca extrair dos espaços sociais em que vive – por exemplo, da família, da escola, das relações entre os amigos – conjuntos de práticas, interesses e gostos que funcionam como lugares reprodutores dessas práticas, pode-se dizer que no caso observado a preferência por determinado tipo de arte está um pouco condicionada a profissão pretendida.

Neste Gráfico 1 pode-se vislumbrar algumas coisas. Uma delas é que se pode localizar nove cursos que estão posicionados acima no quadrante e são os cursos de Medicina, Enfermagem,



Engenharia Química, Engenharia Civil, Nutrição, Odontologia, Educação Física, Direito e Psicologia. No canto superior esquerdo estão os estudantes que responderam ter preferência no quesito artes pelos “esportes”. Assim no curso de Educação Física os estudantes estão mais engajados pela escolha do esporte contabilizando 355. Em seguida vem os estudantes de Engenharia Civil com adesão de 166 estudantes. Em terceiro os estudantes do curso de Direito em que 157 responderam para a variável do esporte. O curso de Odontologia com 111 adeptos. O curso de Medicina com 90 estudantes que preferem o esporte. E por último alguns adeptos do curso de Nutrição que representam 45 deles.

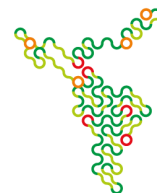
Gráfico de número 1: Referente a preferência dos estudantes dos dez cursos mais concorridos pelas artes.



Fonte: dados obtidos junto a Coperve, elaborado pela autora.

No quadrado superior direito tem-se os estudantes do Curso de Enfermagem em que a maioria tem preferência por música sendo 67 adeptos e outros 42 gostam do esporte. E o curso de Psicologia em que 87 estudantes responderam sim para a música e 33 deles pelo esporte.

Apenas os estudantes de um curso se distinguem dos demais é o curso de Arquitetura e Urbanismo, localizado no quadrado inferior direito. Para esses estudantes a preferência se dá pelas



artes plásticas. A adesão desses estudantes chega a contabilizar 82, isto é, 27,7% dos estudantes desse curso. E o que se pode retirar dessas informações levando em consideração os espaços sociais como influenciadores das práticas profissionais é que no caso dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo terem a preferência pelas artes plásticas se coaduna com a própria área. Enquanto nas outras áreas a escolha pelo esporte está associada no caso do curso de Educação Física com a área profissional também e para os estudantes dos demais cursos a escolha pelos esportes pode estar relacionada a questões de saúde, pois ocorre nos cursos do CCS e para alguns do CCT.

No que diz respeito a raça/cor dos estudantes desses cursos mais elitizados, nos anos analisados de 2003, 2007, 2008 e 2018, se observa que a política de ações afirmativas proporcionou uma inclusão significativa para os negros (pretos e pardos) a partir do ano de 2008⁶ que é o primeiro ano da política na UFSC. Assim, os estudantes brancos ficaram assim distribuídos nos referidos anos: 825| 803| 714| 511|; os estudantes pardos: 34| 63| 90| 107|; os estudantes pretos: 7| 3| 62| 43|; os estudantes amarelos: 19| 15| 18| 5|; e os estudantes indígenas: 0| 1| 3| 0|.

E quando se analisa a preferência pelas artes se tem o seguinte para os três tipos de artes mais pretendidos: Esportes, estudantes brancos 27,96%, pardos 2,74%, pretos, 1,20%. Com relação a Música, brancos 18,06%, pardos 1,87%, pretos 0,51%. E com relação ao Cinema, brancos 12,16%, pardos, 1.05% e pretos 0,48%.

⁶Como informado anteriormente analisamos 3.323 cadastros socioeconômicos que se referem a quatro anos de vestibulares da UFSC. A universidade ofereceu nesses cursos mais concorridos o seguinte número de vagas: em 2003 (885 vagas), em 2007 (885 vagas), em 2008 (887 vagas) e em 2018 (666 vagas). Aqui vale uma explicação sobre a diferença no número de vagas ofertadas no ano de 2018. A UFSC em 2010 torna público a portaria normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010 que institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Disponível em: <<https://cutt.ly/fnflTma>> Acesso em: 06/12/2020. Dessa maneira, em 2017, “a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por meio da Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE, declara que estarão abertas as inscrições ao Concurso Vestibular UFSC/2018, no período de 05 de setembro a 09 de outubro de 2017, para a ocupação de 70% das vagas de cada um dos seus Cursos de Graduação, relativas ao ano letivo de 2018, a todos os que concluíram ou estão em vias de concluir o Ensino Médio (curso de 2o Grau ou equivalente), de acordo com os dispositivos da Resolução no 43/CGRAD/2017, de 31 de maio de 2017, alterada pela Resolução 44/CGRAD/2017”. Disponível em:< <https://cutt.ly/HnflO6q>> Acesso em: 06/12/2020. Então, o que ocorre em 2018 foi que a UFSC ofereceu pelo concurso do vestibular 101 cursos de graduação, com 6.481 vagas. Sendo 4.551, isto é, 70% das vagas via Vestibular/UFSC/2018 e 1.930 vagas ou 30% das vagas via SISU/ENEM/2017. Por isso em todos os cursos que se faz análise há este deslocamento das vagas para o SISU. A análise recai sobre esses 70% das vagas via vestibular/UFSC.

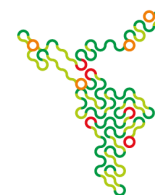
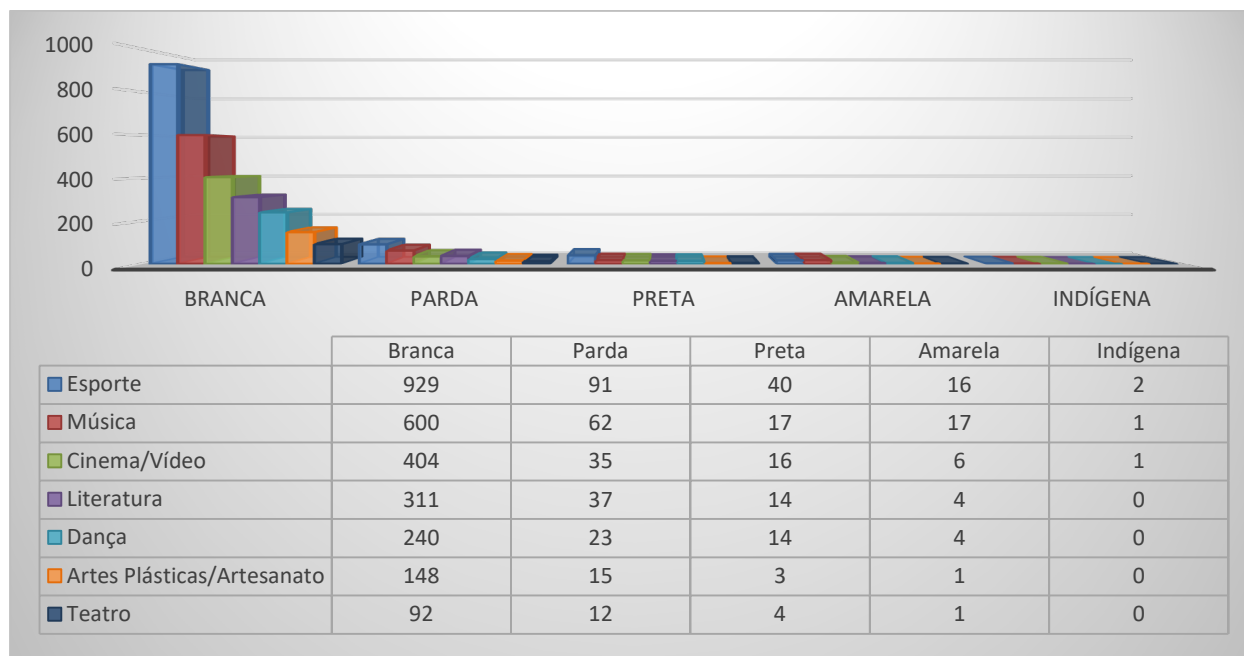


Gráfico 2: Raça/cor dos estudantes conforme a preferência pelas artes



Fonte: dados obtidos junto a Coperve. Elaborado pelos autores

Todavia ao aprofundar sobre qual o tipo de esporte esses estudantes escolhem, a condição de distinção muda. Conforme se pode observar no Gráfico 3, a posição dos estudantes se concentra, na maior parte, no quadrante inferior esquerdo. A maior adesão professada se dá para o Voleibol, em que 578 estudantes responderam para essa assertiva, sendo que esse contingente de estudantes se distribuem da seguinte maneira nos cursos, Direito 81 estudantes, Odontologia 80, Arquitetura e Urbanismo 64, Educação Física 63, Enfermagem 59, Psicologia 57, Medicina 55, Engenharia Civil 52, Nutrição 43 e Engenharia Química apenas 24 estudantes, por esse motivo esse último curso se distancia tanto dos demais, estando no quadrante superior esquerdo.

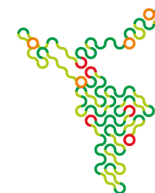
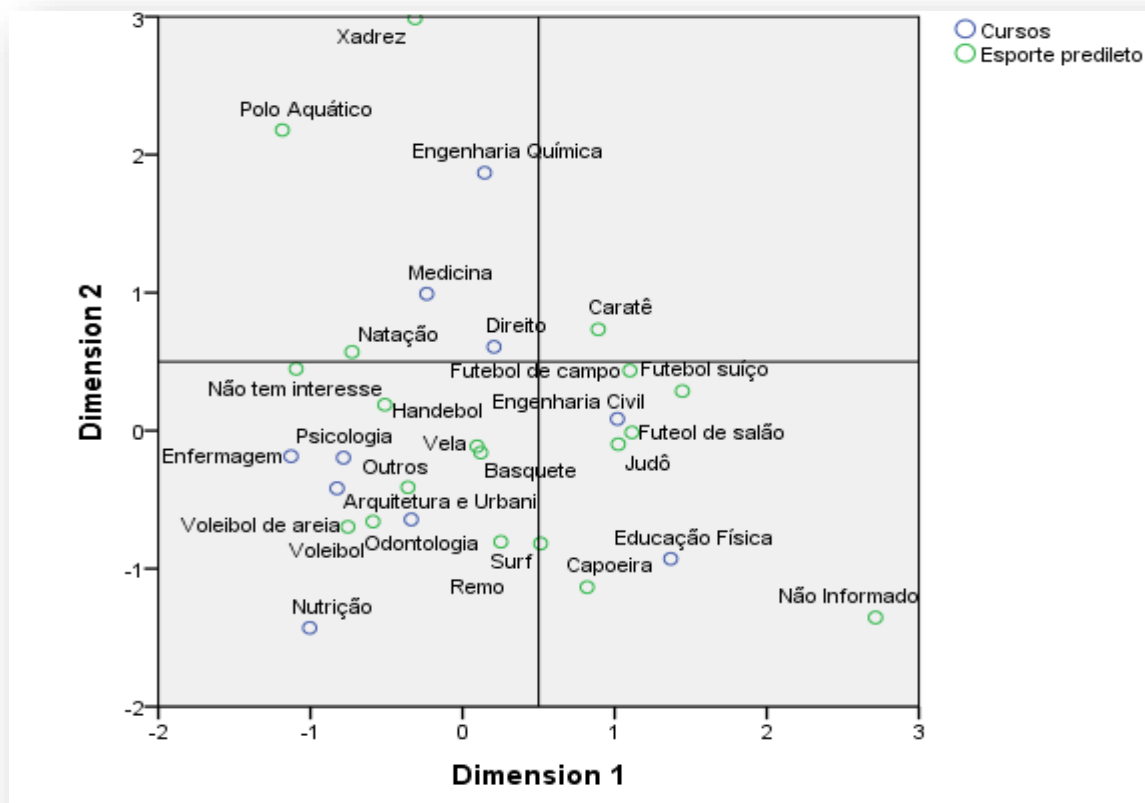


Gráfico 3: Referente ao tipo de esporte que os estudantes escolheram

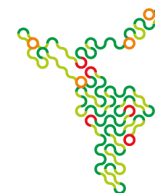


Fonte: a partir de dados obtidos junto a Coperve, elaborado pelos autores

Outros 413 estudantes escolheram Futebol de campo, 382 Natação, 268 Futebol de Salão, 199 Basquete, 180 Handebol, 170 Surf e 105 o Xadrez, 75 Futebol de Salão, 67 Capoeira (49 desses estudantes são de raça/cor branca e 17 são pretos e pardos e apenas 1 amarelo), 44 optam pelo Voleibol de Areia, 36 pelo Judô, 35 por Caratê,

26 escolheram o Remo, 11 estudantes a Vela e apenas 6 o Polo Aquático.

Dessa maneira vale ressaltar que os elementos de distinção se dão nas singularidades, nas distâncias sociais entre os grupos e isso se observa nos praticantes dos esportes da Vela e Polo Aquático. Conforme Bourdieu (2007a, p. 114) “a distância social real de um grupo a determinados bens deve integrar a distância geográfica que, por sua vez, depende da distribuição do grupo no espaço e, mais precisamente, de sua distribuição em relação ao “núcleo de valores” econômicos e culturais”.



Assim quando a preferência por determinado tipo de esporte acaba classificando e distinguindo determinados grupos, ou seja, se as escolhas aproximam ou afastam estudantes que experimentam um esporte que não é tão popularizado como a Vela e o Polo Aquático isso se transforma em elemento de distinção.

Observando, portanto, a posição econômica dos estudantes nos dez cursos mais concorridos e para aqueles que escolheram como esporte a Vela e o Polo Aquático se vê que se refere a um público bem distinto, conforme a Tabela 3.

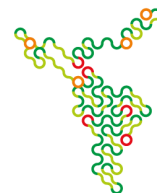
Tabela 3: Renda familiar bruta e os esportes Vela e Polo Aquático

	Vela										Polo Aquático							
	Salários Brutos da Família										Salários Brutos da Família							
	Até 1 salário mínimo	Acima de 1 até 3 sal. mín.	Acima de 3 até 5 sal. mín.	Acima de 5 até 7 sal. mín.	Acima de 7 até 10 sal. mín.	Entre 10 e 20 sal. mín.	Entre 20 e 30 sal. mín.	Acima de 30 sal. mín.		Até 1 salário mínimo	Acima de 1 até 3 sal. mín.	Acima de 3 até 5 sal. mín.	Acima de 5 até 7 sal. mín.	Acima de 7 até 10 sal. mín.	Entre 10 e 20 sal. mín.	Entre 20 e 30 sal. mín.	Acima de 30 sal. mín.	
Arquitetura e Urbanismo					1										1			
Direito								2						1	1			
Educação Física																		
Enfermagem				1														
Engenharia Civil			1			1		1										
Engenharia Química													1					
Medicina								1										
Nutrição																		
Odontologia		1				2												
Psicologia														1		1		

Fonte: a partir de dados obtidos junto a Coperve, elaborado pelos autores

São poucos estudantes que praticam esses esportes e são aqueles com maior poder econômico. Então, é preciso perceber que a taxa de conversão de diferentes tipos de capitais, social, cultural, econômico leva alguns a se distinguirem dos demais, isso porque a posse de diferentes capitais e

privilégios estão relacionados com uma ou outra dessas espécies e, em particular, da luta sobre o princípio dominante de dominação – capital econômico, capital cultural ou capital social, sabendo que este último está estreitamente associado à antiguidade na classe por intermédio da notoriedade do nome, assim como da extensão e da qualidade da rede de



relações – que, em todos os momentos, estabelece a oposição entre as diferentes frações da classe dominante (BOURDIEU, 2007a, p. 115).

Compreende-se que esses estudantes estão em posição de distinção com relação aos demais por escolherem esportes que exigem para suas práticas, além do conhecimento sobre o esporte, mais poder econômico e que exprimem ser no interior das suas relações sociais esportes mais radicais e que, também, produz *status*, valor simbólico (reconhecimento) se distinguindo da prática esportiva do Voleibol, que exige simplesmente uma “bola”.

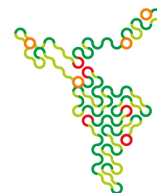
O estudo realizado sobre como se distinguem os estudantes dos dez cursos mais concorridos da UFSC que compreende os anos de 2003, 2007, 2008 e 2018, demonstrou que com relação a preferência pelas artes as classes superiores não se distinguem das classes populares e médias, pois a grande maioria se concentra pela adesão ao esporte, em segundo música e terceiro cinema, o que acaba por aproximá-los muito dos estudantes com menor capital escolar. Quando aprofundamos a pesquisa para ver a adesão por qual tipo de esporte especificamente, viu-se que a maioria opta pelo Voleibol. Dessa maneira se fez correlações para visualizar e desvelar como se posicionam esses estudantes com maior proporção de capital/escolar nas famílias, dos cursos mais elitizados, com os estudantes que vêm de famílias com menor capital escolar e destacou-se que não há distinção entre os menos capitalizados e os com maior índice. Na verdade, seja no plano das características das artes, nas esportivas ou escolares como demonstrado, somente 17 jovens que são praticantes do esporte “Vela” e “Polo Aquático” configuram atrair para si o elemento de distinção, do reconhecimento, da consagração e isso muito mais pela via econômica que pela via cultural.

Referências

Pierre Bourdieu. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007a.

Pierre Bourdieu. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Pierre Bourdieu. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.



DOMINAÇÃO PARA PIERRE BOURDIEU: ESTUDO DAS PRESCRIÇÕES DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA COM BASE EM SEUS ESTATUTOS (1932-1938)

Gustavo Tiengo Pontes¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é realizar um estudo dos estatutos da Ação Integralista Brasileira (AIB), o movimento de inspiração fascista fundado pelo intelectual Plínio Salgado em São Paulo no ano de 1932. A AIB, cujo lema era “Deus, Pátria e Família”, rapidamente expandiu pelo Brasil até o seu término no início de 1938. Propõe-se utilizar como ferramenta teórica de análise dos estatutos da AIB a noção “Dominação” a partir das ideias do sociólogo Pierre Bourdieu. Nesse sentido, pretende-se realizar um exercício de investigação evidenciando as potencialidades dessa noção para estudar as prescrições presentes na série de códigos e regras para os militantes integralistas. Tais prescrições, que regiam as condutas dos adeptos desse movimento, serão compreendidas como mecanismo de reprodução de uma série de valores defendidos pela AIB, desde aqueles relacionados com a divisão dos papéis esperados para cada um dos sexos de maneira mais tradicional, ou mesmo o respeito à ordem e às hierarquias, tão defendidas para a AIB. Os estatutos, portanto, são compreendidos como mecanismos formativos que pretendem perpetuar valores e ideias desse movimento, isto é, contribuir para o modo como a realidade é ordenada e percebida.

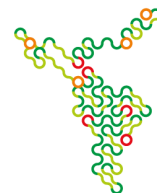
Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira; Dominação; Pierre Bourdieu; Prescrições

DOMINATION BY PIERRE BOURDIEU: STUDY ON THE BRAZILIAN INTEGRALIST ACTION'S MOVEMENT STATUTES (1932-1938)

Abstract: This paper's objective is to study the Brazilian Integralist Action's (BIA) statutes. The movement that had a fascist inspiration was founded by the intellectual Plínio Salgado in São Paulo in 1932. BIA's motto was “God, Homeland and Family” and quickly spread out all over Brazil, until its end in the beginning of 1938. We intend to use “Domination”, based on the ideas of sociologist Pierre Bourdieu, as a theoretical tool to analyze BIA's statutes. It's an investigation exercise that focus on demonstrating the potentialities of using "Domination" notion to study the codes and rules of the movement. These prescriptions, that ruled the conducts of its members, are comprehended as reproduction mechanisms of the values that were strongly defended by BIA, like the ones related to expecting the members to follow the traditional division of each sex or even those about the respect for order or hierarchy. The statutes are, therefore, comprehended as formatives mechanisms that intend to perpetuate BIA's values and ideas, contributing to the way reality is ordered and perceived.

Keywords: Brazilian Integralist Action; Domination ; Pierre Bourdieu ; Prescriptions

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC), Orientadora Prof^a Dra. Maria de Fátima Fontes Piazza (PPGH-UFSC), Florianópolis SC, Brasil.



O objetivo deste trabalho² é, a partir das ideias do sociólogo Pierre Bourdieu, realizar um estudo dos estatutos da Ação Integralista Brasileira (AIB), o movimento de inspiração fascista fundado pelo intelectual Plínio Salgado em São Paulo no ano de 1932. Propõe-se utilizar como ferramenta teórica de análise dos estatutos a noção “Dominação”, com base nos estudos de P. Bourdieu, principalmente daqueles que se utilizaram desta noção. Nesse sentido, pretende-se realizar um exercício de investigação evidenciando as potencialidades para se estudar as prescrições presentes na série de códigos e regras que eram repassados aos militantes integralistas.

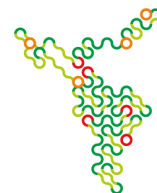
Tais prescrições, que regiam as condutas dos adeptos deste movimento, serão compreendidas como mecanismo de reprodução de uma série de valores defendidos pela AIB, desde aqueles relacionados com a divisão dos papéis esperados para cada um dos sexos de maneira mais tradicional, ou mesmo o respeito à ordem e às hierarquias. Nesse sentido, os documentos analisados são compreendidos como mecanismos formativos que pretendem perpetuar valores e ideias, isto é, contribuir para o modo como a realidade é ordenada e percebida.

O principal material do estudo são publicações do jornal “Monitor Integralista” (órgão oficial do movimento onde era exposto o modo de organização e as regras da AIB) e o documento “Manifesto de Outubro”, que foi lançado em conjunto com a criação oficial da AIB. O presente estudo está dividido em quatro seções. Em um primeiro momento serão escritas algumas considerações sobre a noção “Dominação”, posteriormente será apresentada a AIB, seguido da análise dos documentos e, por último, serão expostas as considerações finais deste estudo.

“Dominação” por Pierre Bourdieu

Toma-se como texto principal para compreender a ideia de “Dominação” de Pierre Bourdieu o livro “A Dominação Masculina” (2016). Nos diversos casos, momentos e sociedades que são abordados pelo autor, P. Bourdieu questiona e investiga através de quais mecanismos são propagadas uma série de ideias ou valores (socialmente construídos e localizados) que pretendem inculcar uma tal forma de divisão entre os sexos em que o masculino, em linhas gerais, é apresentado como

² Uma primeira versão deste texto serviu como atividade de avaliação da disciplina “Dominação e Reprodução Social: a sociologia de Pierre Bourdieu” ministrada pela Prof^a Dra. Ione Ribeiro Valle (PPGE-UFSC).



dominante ou superior ao feminino. É importante ter em vista que, assim como nos outros trabalhos de P. Bourdieu, ele se ampara em diferentes dados para tecer as suas considerações, principalmente com base no que levantou e investigou com relação à sociedade francesa e argelina, o que não invalida o esforço deste trabalho em dialogar com a sua perspectiva e modo de análise.

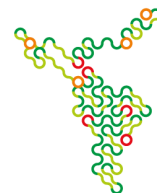
Os mecanismos discutidos por P. Bourdieu no decorrer de “A Dominação Masculina” operam de tal forma que tendem a apagar ou mistificar o seu mesmo trabalho, assim, corroboram para a difusão de um arbitrário cultural que compreende certas ideias, tais como “homens sempre foram desse jeito”; “mulheres realmente não são boas com isso”; “meninos sempre serão meninos”, “isso não é um modo adequada do uma menina falar ou se vestir” etc. Ou seja, nesses mecanismos há uma certa proposta, implícita ou explícita, de apagar que houve uma construção do modo como foi apreendida e vivenciada a divisão entre o masculino e feminino em diferentes tempos e espaços.

Nas palavras do autor sobre sua proposta, é preciso:

Lembrar que aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas, tais como a Família, a Igreja, a Escola, e também, em outra ordem, o esporte e o jornalismo (estas noções abstratas sendo simples de designações estenográficas de mecanismos complexos, que devem ser analisados em cada caso em sua particularidade histórica), é reinserir na história e, portanto, devolver à ação histórica a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca (e não, como quiseram me fazer dizer, tentar parar a história e retirar às mulheres seu papel de agentes históricos) (BOURDIEU, 2016, p.8).

Tendo em vista tal proposta, o autor desenvolve seu argumento discutindo uma série de exemplos com base em suas pesquisas, com dados de entrevistas ou questionários e a partir de análises presentes em bibliografias sobre várias localidades e momentos temporais. Longe de pretender, desse modo, naturalizar ou trazer uma essência do que é o masculino ou o feminino, o autor argumenta que tais mecanismos corroboram para a existência de uma estrutura, que predispõe para que os esquemas de apreciação ou de compreensão da realidade tomem como base ideias tais como: o lugar das mulheres é o ambiente privado; homens são melhores com as ciências exatas que as mulheres; mulheres são mais passionais e sentimentais do que os homens etc.

Trata-se da difusão de um arbitrário cultural, que sempre conta com um certo grau de adesão ou cumplicidade pela sociedade, no qual homens e mulheres são associados com diferentes valores ou modos de ser, contribuindo para formar disposições cujas ações também em decorrência dessas podem parecer como naturais – quando não se leva em conta o longo trabalho de inculcação dessas ideias – tais como: uma maior presença masculina em certos cursos de engenharias ou a menor



presença feminina em postos de maior poder nas empresas. Assim, tais escolhas não devem ser compreendidas sem a existência uma série de coerções e censuras simbólicas ou objetivas para que tudo o que poderia fugir dessa norma construída seja tomada por muitos como não-natural.

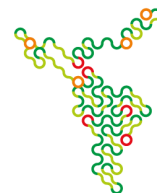
Nesse caminho, a Dominação está relacionada com o que o autor trata como Violência Simbólica. Em suas palavras:

A violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, à dominação), quando dispõe apenas, para pensa-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento partilhados entre si e que fazem surgir essa relação como natural, pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação; ou então, em outros termos, quando os esquemas por ele empregados no intuito de se perceber e de se apreciar, ou para perceber e apreciar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), constituem o produto da incorporação das classificações assim naturalizadas, cujo produto é seu ser social (BOURDIEU, 2001, p.206-207).

Portanto, a fim de modificar essa estrutura, é preciso colocar na ordem do dia um debate sobre os mecanismos de difusão dessas ideias, em que o autor dá destaque para a Família, a Escola e a Igreja, além de apontar a presença de outros, na qual é possível adicionarmos especificamente o movimento político que será apresentado posteriormente. Sobre o modo como Bourdieu compreendeu seu papel como cientista ao se propor a debater um tema que já vinha sendo trabalhado por principalmente mulheres e, muitas das quais, mais inseridas ou conectadas com o debate feminista ou mesmo tal ativismo político, podem ser escritas algumas palavras também. Sobre isso, o autor menciona e aborda diversas pesquisas de outras pesquisadoras e pesquisadores, e expõe sua posição com base em suas constatações. Por exemplo no seguinte trecho:

(...) a revolução simbólica a que o movimento feminista convoca não pode se reduzir a uma simples conversão das consciências e das vontades. Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes (BOURDIEU, 2016, p.65).

Nesse sentido, assim como outras obras de P. Bourdieu, seu pensamento sociológico trabalha a fim de desnaturalizar ideias, práticas e concepções de mundo, reafirmando e construindo dinâmicas sociais complexas, com suas muitas estruturas e demais agentes presentes, cujas diferenciadas posições nos campos sociais estão associadas com a acumulação e posse de atributos específicos, que podem contribuir para ampliar ou rebaixar um conjunto de expectativas sobre si e para si, além de



possibilidades (ou impossibilidades) objetivamente localizadas para se movimentarem nos diferentes campos – fora as censuras simbólicas.

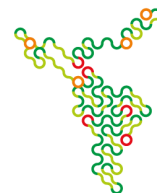
Sua proposta de estudo pretende compreender agentes em diferentes espaços sociais, assim, a tomada de posições deles está relacionada com uma série de regras, normas ou coerções – construídas e difundidas ao longo do tempo - presentes nesse espaço e atuando de diferentes maneiras também tendo em vista a posição de determinado agente. Não há um determinismo último para as suas ações, no entanto, há um conjunto de pré-disposições (*Habitus*³) que tendem a orientar suas escolhas.

No caso de se pensar a divisão biológica entre homens e mulheres, essa diferença objetiva, como o autor demonstra no decorrer do livro, foi a partir de diversas situações e através de muitos mecanismos que foi construída esta ordenação, que visa perpetuar uma lógica de dominação masculina, que tende a impedir ou dificultar o acesso a certos espaços e posições para as mulheres, ou mesmo de redefinir espaços com uma maior presença delas para que os homens ali presentes possuam uma maior força ou reconhecimento simbólico.

Antes de realizar o exercício proposto de análise com base nessas ideias, convém expor que o autor, apesar de apontar a persistência dessa estrutura na qual os homens também são alvos de certas censuras e que foram socializados por esses mecanismos que pretendem perpetuar sua dominação, Bourdieu não se propõe a desculpar os homens de suas ações. Nas palavras do sociólogo que evidenciam o seu pensamento relacional sobre essas questões sociais, ele escreve que:

(...) pôr em foco os efeitos que a dominação masculina exerce sobre os *habitus* masculinos não é, como alguns poderão crer, tentar desculpar os homens. É mostrar que o esforço no sentido de libertar as mulheres da dominação, isto é, das estruturas objetivas e incorporados que se lhes impõem, não pode se dar sem um esforço paralelo no sentido de liberar os homens dessas mesmas estruturas que fazem com que eles contribuam para impô-la (BOURDIEU, 2016, p.159).

³ É possível dizer que *Habitus* pretende oferecer um modo de compreensão dos agentes da sociedade em que eles não são nem vistos como inconscientes, isto é, sujeitos passivos a uma série de representações que determinam suas ações, nem como portadores de uma racionalidade na qual são capazes de calcular todas as suas ações. É uma proposta científica que pretende equilibrar e analisar os demais agentes em constante construção, sendo que, separar sua compreensão nessas duas alternativas não dá conta da complexidade de estudar e compreender as suas ações. Nas palavras de P. Bourdieu: “(...) o *habitus* é, com efeito, *princípio* gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionalis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o *mundo social representado*, ou seja, o *espaço dos estilos de vida*” (BOURDIEU, 2007, p.162 / grifos do autor).



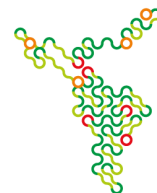
Aspectos gerais sobre a “Ação Integralista Brasileira”

Assim, a partir das ideias debatidas anteriormente, propõe-se a realizar um exercício de investigação sobre estatutos do movimento Ação Integralista Brasileira e buscar problematizá-los através da discussão sobre Dominação com base nas reflexões de P. Bourdieu. A AIB foi um movimento e, posteriormente partido político, que foi lançado oficialmente em São Paulo através da divulgação do documento “Manifesto de Outubro”, em outubro de 1932. Sua existência como partido ocorreu até dezembro de 1937, quando os partidos políticos foram proscritos. Ao longo deste período, segundo dados do próprio movimento, a AIB contou com cerca de 1 milhão de adeptos, dados que contém certo grau de exagero, mas que evidenciam também a sua forte expansão no território brasileiro⁴.

Sua emergência ocorreu em um momento de indefinições e imprevisibilidades no terreno político brasileiro, entre 1930 e 1937, o intervalo entre a crise de hegemonia das oligarquias da 1ª República e o fechamento político que culmina no Estado Novo (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2007, p.41). Apesar de sua breve existência, a AIB contou com a participação de diversos intelectuais, sendo que dentre os principais nomes de projeção nacional estavam: Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale. O lema do movimento era “Deus, Pátria e Família”, anunciando algumas das características da AIB, o seu forte nacionalismo, a importância da religião (principalmente a Católica) e uma concepção de família em que cada um de seus membros possuía certos papéis a desempenhar para a construção de um chamado Estado Integral.

Segundo Héglio Trindade (1979), a organização da AIB era estruturada não somente na busca da ação política, mas também como um instrumento de elaboração e experimentação, em escala reduzida do Estado Integralista. É possível dizer que existia uma organização burocrática e totalitária que abrangia desde os militantes de base até Plínio Salgado, chamado como “Chefe Nacional”. Nesta burocracia havia um sistema complexo de órgãos, funções, papéis, comportamentos previstos por estatutos, resoluções do líder, rituais etc. que buscavam enquadrar os militantes através da disciplina e da submissão autoritária e fidelidade aos superiores hierárquicos.

⁴ Sobre a AIB como organização nacional cf. principalmente (TRINDADE, 1979).

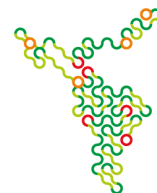


Ainda sobre a AIB em nível nacional, Rosa Maria Feiteiro Cavalari (1999) destaca que nesse movimento havia uma série de ferramentas para difundir suas ideias e arregimentar novos membros, dentre elas: a publicação de livros, de jornais, de revistas, a realização de sessões doutrinárias, transmissões de rádio e pela ritualização e simbologia do movimento. Nessa rede, que contou com mais de cem jornais, a imprensa foi utilizada em grande escala a fim de universalizar a ideologia central a todos os brasileiros e arregimentar novos membros.

Pode-se dizer que houve um uso sistemático e planejado da imprensa pelos Integralistas, sendo que um dos principais destes era o periódico de circulação nacional “Monitor Integralista” (que circulou de 1933 a 1937). Conforme Rodrigo Santos de Oliveira (2009) discorre, neste jornal que era editada toda a estrutura organizativa em forma de organogramas, além de como deveriam ser estruturadas as secretarias em todas as suas esferas (nacional, estadual e nuclear). Havia a obrigação da sua aquisição por parte dos núcleos, o que fazia com que suas ordens fossem conhecidas por todos, não havendo espaço para a desobediência. Era o órgão que definia como deveria ser a estrutura interna da AIB.

Até onde foi possível perceber, no conjunto de textos e obras integralistas, quem é chamado como vanguarda para a ação política de transformação são os homens, que eram comumente chamados de “camisas-verdes” devido ao uso imposto do uniforme integralista em diversas ocasiões específicas. Sobre as mulheres, que eram chamadas de “blusas-verdes”, pode-se perceber que sua atuação no movimento é muito mais associada com a educação, mas também em outras atividades junto ao lar, à família e participando de ações de caridade e saúde. Não se deve compreender o movimento como uma única instância socializadora que difundiu tais ideias, no entanto, ele teve um papel para a circulação, reforço e inculcação de um arbitrário cultural em que, às mulheres, por exemplo, certos espaços não eram indicados por causa de sua própria natureza.

Sabe-se que tais ideias circulavam em uma sociedade que já tendia a colocar como espaço de atuação para as mulheres o âmbito do privado e aos homens o espaço público. Sobre este assunto, o antropólogo Roberto da Matta (1997), ao investigar as relações sociais no Brasil, escreve acerca da associação da mulher com as rotinas familiares presente na sociedade brasileira. Sobre este tema, apesar de tratar mais especificamente da sociedade burguesa europeia de 1870-1914, Eric Hobsbawm escreve sobre a existência de limitações práticas para as mulheres poderem realizar uma série de atividades ou profissões e da “reinvindicação masculina ao monopólio do intelectual na esfera pública



(à qual a cultura indubitavelmente pertencia) como pela negação às mulheres da espécie de instrução [...] sem a qual a cultura era inconcebível” (HOBBSAWM, 2013, p.132). As considerações do historiador britânico parecem também contemplar traços da sociedade brasileira no período estudado e auxiliam a explicar as características do movimento neste contexto.

Prescrições para os “camisas-verdes” e “blusas-verdes”

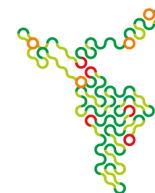
No decorrer da leitura do periódico “Monitor Integralista”, foi possível encontrar uma série de textos que visavam reforçar a importância do nacionalismo para os seus militantes, tanto apontando que era necessário que os seguidores colocassem os interesses nacionais acima do próprio, e que servir o Integralismo significaria servir aos interesses nacionais. Tal visão de mundo pode ser percebida no seguinte trecho publicado:

O Integralista deve amar sua Pátria. Que nunca seja ofendida na presença de um Integralista. Os comunistas e separatistas, principalmente, que jamais ousem ferir a Nação Brasileira na presença de um Integralista. Eles devem ter o castigo imediato. (MONITOR INTEGRALISTA, n.1, 1ªquinz. dez. 1933, p.3).

Parece haver um esforço em tornar o militante sempre pronto para servir o movimento, além de construir os adversários políticos como inimigos a ser combatidos. Tais aspectos, além de outros como a representação da AIB como mais importante do que sua própria vida e a associação do grupo com a própria pátria também pode ser percebido no que era prescrito para o modo como deveriam ser organizadas as sedes dos núcleos integralistas pelo Brasil. O texto possui como título “A nossa hora chegará” e contém o seguinte conteúdo:

Art. 31º - A porta da secretaria (ou onde existir só uma sala, num lugar visível) serão afixadas estas palavras: ‘ANTES DE TRANSPORES ESTA PORTA, CONSULTA O TEU CORAÇÃO: - ÉS CAPAZ DE RENUNCIAR PRAZERES, AMBICÕES, INTERESSES, A PRÓPRIA VIDA PELA GRANDEZA DA PÁTRIA? SE ELE TE DISSER ‘SIM’, ENTÃO ENTRA, E ENCONTRARÁS AQUI TEUS IRMÃOS E TUA GLÓRIA’. (MONITOR INTEGRALISTA, n.6, 1ªquinz. mai. 1934, p.9)

A ideia de “nós contra eles” e um clima de “instabilidade”, na qual a AIB é a solução para os problemas nacionais também seria reforçado através de diversos textos pelo jornal. Deve-se ter em vista que os anos 1930 contariam com a presença, e embates, entre diferentes projetos de



transformação nacional, desde àqueles mais à esquerda, como dos membros da Aliança Nacional Libertadora em 1935⁵, dos partidos mais tradicionais e, na outra ponta do espectro político, a AIB.

Os integralistas buscavam apresentar estes outros projetos, e demais grupos políticos, como contrários aos anseios nacionais, que seriam mais adequados aos ideais dos “camisas-verdes”. Além disso, era construída a ideia de que haveria dentre os integralistas uma espécie de missão de transformar o Brasil, que seria maior que a própria vida do militante:

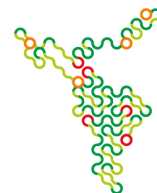
O QUE O INTEGRALISMO QUER. / (...). Nós, os INTEGRALISTAS, nos propomos a construir um regime de VERDADE, em lugar de um regime de mentira, uma Nação para o POVO e não uma Nação para políticos, protegidos e magnatas. / Temos uma DOUTRINA sã e um IDEAL elevado. Com a FÉ absoluta que nos anima, marcharemos para frente com o sacrifício da própria vida. (MONITOR INTEGRALISTA, n.5, 2ª quin. fev. 1934, p.6)

Neste ambiente de embates, à AIB caberia também servir como uma espécie de guia da nação, sendo que o principal responsável seria o líder Plínio Salgado. Neste ponto, convém reforçar como a hierarquia era um aspecto importante nos diversos escritos que tratam da organização do movimento, dessa maneira, na própria organização havia uma cadeia de comando de ordens e diretrizes em que Plínio Salgado estava no principal posto.

Na prática, Héglio Trindade descreve que havia, basicamente, três camadas de participantes no movimento. A “camada superior” – dirigentes nacionais – que era integrada exclusivamente por membros da burguesia e média burguesia, sob a supremacia das elites intelectuais. A “camada média” – dirigentes regionais – possuía a predominância da média burguesia intelectual que, com a burguesia e média burguesia dos oficiais, ocupa quase os três quartos dos postos de direção. Neste nível, a participação das camadas populares e da pequena burguesia não ultrapassa um quarto do total. A “camada inferior”, composta pela pequena burguesia e as camadas populares, formava globalmente os três quartos do total dos militantes locais (TRINDADE, 1979, p.137).

Ainda sobre a considerada “missão” do movimento e do seu papel para transformar a sociedade, no trecho de título “Concepção do Universo e do Homem” no “Monitor Integralista” é exposto o seguinte:

⁵ Segundo Anita Leocádia Prestes: A ANL foi fundada no Rio de Janeiro em março de 1935. Era um movimento que contava como membros setores das camadas médias urbanas, operariado, das classes dominantes, elites políticas e militares de diferentes patentes. Havia 4 objetivos principais em sua pauta: luta contra o avanço do integralismo no Brasil, do fascismo no cenário mundial e luta contra dominação imperialista e o latifúndio no Brasil. A ANL organizava atos públicos, caravanas aos Estados norte-nordeste, participação em lutas de rua contra os integralistas, publicação e distribuição de boletins, volantes e jornais aliancistas. Em 11 de julho de 1935, Getúlio Vargas assinou o decreto que fechou a ANL, acusando-a de ser um instrumento a serviço do “comunismo internacional”. (PRESTES, 2005).



Deus dirige os destinos dos povos. O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade. Vale pelo estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem-estar da Nação e o elevamento moral das pessoas. (...) Todos podem e devem viver em harmonia, uns respeitando e estimulando os outros, cada qual se distinguindo nas suas aptidões, pois cada homem tem uma vocação própria e é o conjunto dessas vocações que realiza a grandeza da Nacionalidade e a felicidade social. (MONITOR INTEGRALISTA, n.7, 2ª quin. ago. 1934, p.10)

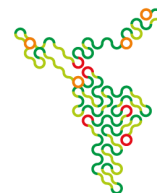
Novamente, é construída uma associação entre participar da AIB e se dedicar à Pátria, além de ser possível perceber mais traços da religiosidade no movimento. Ainda sobre a estrutura da AIB, havia o chamado Departamento Feminino⁶, cuja finalidade era “orientar e dirigir a ação da Mulher Brasileira no movimento e prepará-la para ocupar efetivamente no regime integralista o lugar de direito que lhe cabe” (MONITOR INTEGRALISTA, jan. 1936, n.13, p.4). O Departamento Nacional Feminino seria responsável por:

orientar e controlar o movimento feminino em todo o país, traçando-lhe diretrizes seguras para um trabalho eficiente de arregimentação, ao qual se seguirá imediatamente o de coordenação e organização, tudo para fins de cabal aproveitamento das tendências e aptidões de seus elementos nos seguintes campos de atividade: - Ensino e educação moral / - Cultura Artística / - Propaganda Política / - Assistência Social (MONITOR INTEGRALISTA, jan. 1936, n.13, p.4).

Convém destacar um pouco o vocabulário escolhido no excerto acima destacado, os termos “tendências e aptidões”, que contribuem para reforçar uma certa natureza para as mulheres em que, como se fosse *obra do acaso*, a própria natureza delas se harmoniza com o que é prescrito às mesmas. Em linhas gerais, no conjunto de publicações integralistas é possível perceber que os homens que são chamados a atuarem nas vanguardas da mudança política, em que a família, segundo o que está presente no documento “Manifesto de Outubro” teria a sua importância, mas associada não com as mudanças da esfera pública, muito mais como apoio. Segundo consta no próprio Manifesto, e que foi transcrito para o “Monitor Integralista”:

8ª. A família e a nação / Tão grande a importância que damos às Classes Produtoras e Trabalhadoras, quanto a que damos à Família. Ela é a base da felicidade na terra. Das únicas venturas possíveis. Em que consiste a felicidade do homem? Nessas pequeninas coisas, tão suaves, tão simples: o afago de uma mãe, a palavra de um pai, a ternura de uma esposa, o carinho de um filho, o abraço de um irmão, a dedicação dos parentes e dos amigos. (...) Quem o animará, na hora das mágoas, que serão tão inevitáveis nos regimes da burocracia comunista, como em qualquer outro regime? (...) É, para defender a família do operário, do

⁶ Algumas considerações sobre as mulheres integralistas, a partir de uma outra abordagem e centrado no periódico integralista “Flamma Verde”, já foram escritas em um diferente trabalho. Cf. (PONTES, 2018).



comerciante, do industrial, do fazendeiro (...)” (MONITOR INTEGRALISTA, n.9, 03/03/1935, p.9-10).

É possível perceber como aos homens é dado um papel diferente que às mulheres, além deles serem sempre os Chefes das famílias. Associar a mulher (mãe) ao afago e o homem (pai) à palavra pode contribuir para reforçar uma associação entre o homem ter o papel de dar a sabedoria e o da mulher o amor.

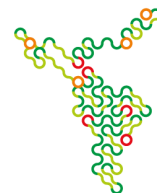
Considerações finais

A adesão ao movimento, conforme pode ser percebido na extensa bibliografia sobre a AIB⁷, contou com diversas motivações, ou seja, não necessariamente todos os militantes iriam se filiar por estarem de acordo com tais ideias. Contudo, argumenta-se que sua filiação e envolvimento com o movimento significaria, de certa maneira, estar *sujeito* às ideias defendidas em suas regras ou demais documentos, que eram repassados através das reuniões entre membros, a leitura de jornais integralistas ou outras situações. Convém evidenciar que o movimento era uma instância socializadora de determinada ordenação da realidade, em que a noção “Dominação” auxilia a jogar luz sobre quais tipos de oposições e valores eram considerados como superiores.

Sabe-se que algumas questões não puderam ser abordadas devidamente, como o Integralismo compreende os diferentes grupos sociais, o papel da religião, economia etc. Contudo, os pontos levantados possibilitam perceber o esforço integralista em ordenar a realidade, tornando o movimento algo fundamental para transformá-la e melhorá-la. É possível perceber que a AIB atuava, em diversos momentos, em batalhas simbólicas para instituir formas de classificação e de visão do mundo em que o movimento era o único em contato com a verdadeira nacionalidade e que o seu Chefe era o único capaz de guiar a nação.

No caso das mulheres, principalmente, há a construção de uma essencialidade na mulher, que seria naturalmente diferente do homem e, por isso, ambos não deveriam executar as mesmas tarefas. Caberia ao homem a atuação nos momentos mais decisivos e importantes, com a mulher atuando de modo subordinado e propiciando o papel principal de outros. Dominação, como uma ferramenta teórica e metodológica parece auxiliar a perceber como nesses estatutos existe um esforço de ordenação da realidade que reforçaria a importância dos homens na luta política.

⁷ Cf. (BERTONHA, 2010).



Referências:

BERTONHA, João Fábio. **Bibliografia orientativa sobre o integralismo (1932-2007)**. Jaboticabal: Funep, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Manifesto 7 de Outubro de 1932 / Ação Integralista Brasileira. Centro Cultural Plínio Salgado.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. Bauru: EDUSC, 1999.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932- 1938). In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.41-61.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. **Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)**. 388f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre RS, março de 2009.

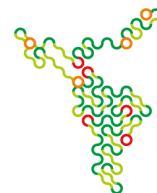
DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: s/identificação, 1997.

MONITOR INTEGRALISTA, (1933-1937). Arquivo Público Histórico de Rio Claro, SP.

PONTES, Gustavo Tiengo Pontes. Entre as prescrições e as possibilidades de atuação: estudo das publicações de e sobre as “blusas-verdes” no periódico integralista “Flamma Verde” (Florianópolis 1936-1938). In. **Anais III Jornada do LEGH: feminismo e democracia**. 1ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2018. p. 120-130. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188285>>. Acesso em 10 set. 2021.

PRESTES, Anita Leocádia. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Estudos IberoAmericanos**. PUCRS, v.XXXI, n.1, junho 2005, p.101-120. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4113/2005_prestes_70_anos_alianca.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 set. 2021.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979.



FORMAÇÃO DO MÚSICO POPULAR NO ENSINO SUPERIOR: UMA DEFESA DE OBJETO E PERSPECTIVA TEÓRICA DE ANÁLISE

Letícia Dias de Lima¹
Fabiany de Cássia Tavares Silva²

Resumo: Este texto está fundamentado em recorte de pesquisa, em andamento, para escrita de tese de doutoramento, que investiga a formação do músico popular prescrita em textos/documentos curriculares no/do ensino superior em Música. O campo curricular, nos limites de nossas análises, orienta-se por sua matriz crítica, fundada na redefinição do poder, da ideologia e da cultura para a compreensão das complexas relações entre a escolarização, a formação e os interesses de classe. Tal compreensão ancora-se em uma perspectiva teórica de análise delineada pela/na teoria das estruturas sociais, pautada no 1) reconhecimento das regras do jogo em um campo determinado, e 2) em práticas metodológicas capazes de apreender, além da lógica da reprodução e determinação, o papel da agência e da contra-hegemonia. Para tanto, operamos com conceitos fundamentais para o debate, isto é, a disposição do *habitus*, o poder simbólico, a formação do gosto como resultante de capitais culturais. Acrescemos a essa operação, a problematização dos cânones e das práticas sociais relativas à inserção e à manutenção da música popular no ensino superior, bem como à própria identidade dos agentes deste campo e aos mecanismos e estratégias dispostos em sua formação.

Palavras-chave: Currículo. Curso de Música. Formação do músico popular. Teoria das estruturas sociais.

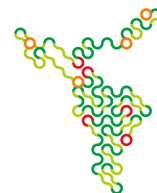
Formation of popular musicians in higher education: in defense of an object and theoretical perspective of analysis

Abstract: This text is based on a research in progress, for writing a doctoral thesis, which investigates the formation of popular musicians prescribed in curricular texts/documents in/of higher education in Music. The curricular field, within the limits of our analyses, is guided by its critical matrix, founded on the redefinition of power, ideology and culture to understand the complex relationships between schooling, formation and class interests. This understanding is anchored in a theoretical perspective of analysis outlined by/in the theory of social structures, based on 1) recognition of the rules of the game in a given field, and 2) on methodological practices capable of apprehending, in addition to the logic of reproduction and determination, the role of agency and counter-hegemony. Therefore, we operate with fundamental concepts for the debate, that is, the disposition of the *habitus*, the symbolic power, the formation of taste as a result of cultural capitals. We add to this operation, the discussion of canons and social practices related to the insertion and maintenance of popular music in higher education, as well as the very identity of agents in this field and the mechanisms and strategies used in their formation.

Keywords: Curriculum. Music Course. Formation of popular musicians. Theory of social structures.

¹ Acadêmica do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/Mato Grosso do Sul – Brasil. Bolsista CAPES.

² Pós-doutora em Educação, Professora-pesquisadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/Mato Grosso do Sul – Brasil. Bolsista Produtividade em pesquisa do CNPq.



Este texto está orientado por recorte de pesquisa, em andamento, para escrita de tese de doutoramento, que investiga a formação do músico popular prescrita em textos/documentos curriculares no/do ensino superior em Música, inserida no Programa de Pesquisa do Observatório de Cultura Escolar (OCE) com textos/documentos curriculares³. A operação metodológica da investigação ancora-se nos Estudos Comparados (SILVA, 2016, 2019), de natureza bibliográfico documental, inscrito em uma investigação dos processos educativos e dos sentidos dos fenômenos curriculares nesses processos.

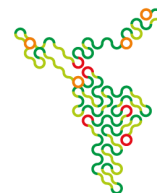
Neste contexto, operamos com a premissa de que os textos/documentos curriculares atuam como "indutores, isto é, reforçadores das expectativas em relação à cultura, à educação e às práticas sociais que a sociedade quer difundidas na escola" (SILVA, 2016, p. 214), enquanto os discursos político-curriculares dependem das lutas pelo poder simbólico, que ocorrem entre os agentes do campo político e, particularmente, curricular. Tais discursos criam significados baseando-se na noção de que o currículo, como parte da política oficial de conhecimento, se define por requisitos e padrões tornados importantes para uma educação que atenda, simultaneamente, aos interesses do mercado e a valores conservadores.

Isto posto, o currículo pauta-se no reconhecimento do poder, da ideologia e da cultura para a compreensão das relações complexas entre a seleção, a organização e a distribuição de conhecimentos no processo de escolarização e de formação, diante dos interesses de classe. Desta forma, a curricularização passa a ser encarada como uma questão política, que tem por expectativa produzir determinadas formas de condutas e experiências no âmbito escolar.

As análises de condutas e experiências ancoram-se nos estudos do campo da educação crítica, aproximadas do referencial bourdieusiano⁴ e da sociologia do currículo, parte de projeto crítico centrado fundamentalmente no exame dos nexos entre currículo, Curso de Música e formação do músico popular. Nesta condição, disciplinando o olhar sobre o cotidiano, analisando, julgando, interagindo sob determinada forma, compreendida como antecipações pré-perceptivas, espécies de induções práticas fundadas na experiência anterior, coloca-se em evidência o conceito de capital simbólico, uma forma sutil de exercício do poder – neste caso, conservatorial.

³ Toma como fontes e objetos de estudo textos/documentos curriculares prescritos/produzidos para os espaços da educação formal e não formal, entendidos como instância de formação escolar, com objetivos educativos explícitos e ação intencional institucionalizada, estruturada e sistemática; e como uma possibilidade de produção, seleção e distribuição de conhecimento fora das estruturas curriculares do ensino tradicional, respectivamente.

⁴ Bourdieu (2004, 2007a, 2007b, 2008, 2010, 2019).



Dito isso, partimos da compreensão da música como fenômeno social, o que permite a conscientização das ideologias musicais instituídas – não apenas reproduzidas, mas constantemente atualizadas.

Curricularização da formação do músico popular

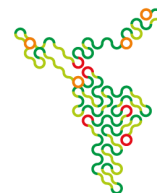
As diferentes músicas que lutam por uma posição privilegiada, e que se organizam em função do *habitus* de classe, condicionadamente têm no espaço acadêmico o lugar do processo de diferenciação progressiva, uma arena de negociações, orientada por um trabalho sistemático de interconhecimento e inter-reconhecimento de um grupo social privilegiado que tem em comum "afinidade de *habitus*".

As práticas musicais da Universidade fundam-se na implementação e conservação do modelo conservatorial no Brasil (SOUZA, 2012; PEREIRA, 2013; BARROS, 2019), responsável pela institucionalização da música erudita europeia ocidental como conhecimento válido. Este modelo perpetua-se e, ainda hoje, nos deparamos com "a tradição musical escrita europeia e ocidental [como] base do currículo dos cursos de graduação em música, definindo os princípios de seleção e distribuição do conhecimento" (PEREIRA, 2013, p. 200).

Transformada em conhecimento legítimo, a música erudita torna-se parâmetro de estruturação das disciplinas, no campo curricular, e de hierarquização dos capitais culturais em disputa, mesmo não referendada, uma vez que habita as *doxas*, o senso comum, e *nomos*, leis gerais que o governam, desse campo. Tal hierarquização, por privilegiar os herdeiros de repertórios e práticas musicais dominantes, reafirma os privilégios sociais, permitindo o vislumbre de um retrato da violência simbólica, qual seja, a perpetuação da desigualdade cultural dentro do espaço da Universidade.

O caráter legítimo dos saberes eruditos reporta-se a uma perspectiva acadêmica de conhecimento⁵, que toma os saberes dominantes como dados, ao selecioná-los com base na lógica dos conhecimentos disciplinares acadêmicos e na ideia de cânone: "um corpo de conhecimentos selecionados para garantir a transmissão, às gerações mais novas, da lógica do conhecimento

⁵ A perspectiva acadêmica de conhecimento, ao lado das perspectivas instrumental, progressivista e crítica, englobam os principais embates em torno do *conhecimento* no campo do Currículo (LOPES; MACEDO, 2011). Este trabalho se constrói fundamentalmente a partir da incorporação da perspectiva crítica.



produzido pela humanidade. [...] a educação deve [garantir] a perpetuação da cultura humana" (LOPES; MACEDO, 2011, p. 72).

Dentro deste contexto, Lopes e Macedo (2011, p. 79) reiteram que, "quanto mais um currículo é naturalizado, quanto mais ele é compreendido como o único possível, legítimo e correto, mais eficiente é o processo de deslegitimação dos saberes excluídos desse currículo". Com efeito, a música erudita europeia ocidental, como "cultura transmitida pela escola", é naturalizada, tornando-se parte de uma seleção supostamente "objetiva e inquestionável, embora seja arbitrária e de natureza social" (VALLE, 2014, p. 64). A autora afirma, ainda, que

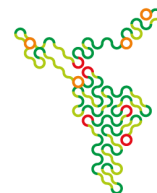
A imposição desse "arbitrário cultural" não é explícita, mas sutil e progressiva. Assim, explicar as desigualdades sociais e justificá-las pelos mecanismos de tipo cultural, e não apenas por razões econômicas, implica produzir nos dominados um sentimento de adesão ao próprio princípio de dominação (VALLE, 2014, p. 64).

O processo de estruturação curricular, então, por definir o que se considera como conhecimento legítimo, envolve "complexas relações de poder e lutas entre grupos [...] identificáveis. Assim, educação e poder são termos de um par indissociável" (APPLE, 1997, p. 74). "O sistema foi construído para garantir a estabilidade e para mistificar e encobrir as relações de poder que sustentam toda a elaboração do currículo" (GOODSON, 2008, p. 28).

[...] o conteúdo do currículo e o processo de tomada de decisões que o cerca não podem ser simplesmente resultados de um ato de dominação. O "capital cultural", declarado como conhecimento oficial, é, então, um conhecimento comprometido, conhecimento que passa por um conjunto complexo de filtros e decisões políticas antes de ser declarado legítimo. Isso afeta o conhecimento que é selecionado e como este se apresenta, à medida em que é transformado para ser ensinado aos alunos [...] (APPLE, 1997, p. 104).

Neste quadro os conflitos simbólicos da luta dos agentes pelo reconhecimento das propriedades objetivas das/nas formações dos músicos materializam-se nos problemas e falsos⁶ dilemas da dicotomia erudito *versus* popular. Na observação dos mecanismos e estratégias formadoras dos cursos de música, encontramos a possibilidade de uma análise deste campo, que objetiva perceber seus *habitus*, cânones e práticas sociais.

⁶ "Falsos" por serem fruto de determinações externas aos campos da música e da cultura, o que constitui a razão de grandeza da estrutura estruturada do campo.



O músico popular – agente que pertence, primordialmente, ao campo artístico – vislumbra, no Curso de Música, a possibilidade de transitar no campo acadêmico e acumular diferentes capitais que o ensino superior oferece. Destaca-se, neste contexto, a relação privilegiada com a cultura erudita e/ou escolar, além da "respeitabilidade" que o campo acadêmico confere à profissão, comumente já exercida de forma autônoma, bem como o "efeito do título" *per se*. Deste modo, o universo de formação acadêmica não só rompe parcialmente com os processos formativo e profissional, comumente desenvolvidos anterior e independentemente do Curso de Música em nível superior, como materializa as diferenças entre o erudito e o popular.

Delinea-se, neste cenário, a questão da seleção do repertório musical, uma vez que o campo da música popular opera por processos de legitimação de seus próprios cânones – no campo artístico, de forma geral, e no espaço da Universidade, em particular.

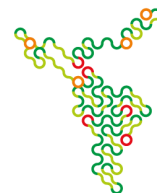
No que concerne mais especificamente à área de música, a relevância de se investigar as representações, ideias e valores que conformam seu campo discursivo [justifica-se] pela seleção que [efetiva] sobre repertórios e práticas musicais. [...] Ou seja, espaços privilegiados de legitimação e instituição do cânon cultural e musical (MARQUES, 2011, p. 49).

Os "cânones populares" englobam majoritariamente a reprodução do repertório e das práticas de produção do jazz e da música instrumental brasileira⁷, e também de outros gêneros, como a bossa nova, cuja estrutura e sintaxe musicais derivam ou se assemelham àqueles eixos principais. Como ocorre com o repertório erudito, a Universidade acaba por privilegiar e legitimar esta "boa música popular", em detrimento de outras músicas que, em tese, não dispõem de certa sofisticação estética suficientemente "adequada" ao ensino formal da Música, tampouco de certo *habitus* escolar capaz de conduzi-las à academia.

Neste sentido, é possível identificar, neste processo de legitimação dos cânones populares, a presença de uma normatividade conservatorial.

Muitos estudantes engajam-se na discussão das hierarquias no campo musical, reivindicando maior atenção para repertórios e autores classificados como populares. A reivindicação apoia-se em critérios de qualidade válidos para a música erudita, *implicitamente tomados como universais*. Dessa forma, tende-se a reiterar a operação classificatória dominante, no Brasil, que cinde o universo da música em dois grandes campos hierarquicamente relacionados. Cabe perguntar até que ponto a reivindicação traduz uma demanda pela

⁷ Como o choro, inicialmente, e o estilo de música instrumental brasileira inaugurado pelo Quarteto Novo – grupo liderado pela figura icônica do compositor e multi-instrumentista alagoano Hermeto Pascoal, que permanece como uma grande referência no campo da música popular.



relativização dos valores estéticos ou um realinhamento de repertórios que deixa intocada a relação hierárquica entre "música artística" e as demais (TRAVASSOS, 1999, p. 121, grifos nossos).

Com efeito, no campo musical, e, particularmente, no campo da música popular, persiste o enfrentamento histórico de uma série de dificuldades teórico-metodológicas, oriundas da tradição herdada da musicologia tradicional (NEDER, 2010), uma vez que "o campo da musicologia se estabeleceu privilegiando as formas eruditas e canônicas (musicologia histórica) ou as formas musicais anônimas e comunitárias (etnomusicologia)" (NAPOLITANO, 2007, p. 167).

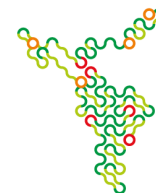
Em que pese esta análise, valores como "superioridade" e "sofisticação", identificados com a música erudita e com os cânones populares, não derivam (apenas) de noções estéticas, mas envolvem-se, segundo Tinhorão (1997, 2006), primordialmente com questões socioeconômicas, elementares para uma compreensão mais ampla da noção de "percepção estética". A isto, agregam-se as considerações de Bourdieu (2010, p. 65) sobre o caráter social da percepção:

os produtos da atividade humana socialmente designados como obras de arte (devido à sua exposição em museus, entre outros signos de consagração) podem ser objeto de percepções muito diversas, desde uma percepção propriamente artística, ou seja, socialmente reconhecida como adequada ao seu significado específico, a uma percepção que não difere nem em sua lógica nem em sua modalidade daquela aplicada na vida cotidiana aos objetos cotidianos. Produto de uma história particular em uma sociedade particular, essa distinção é imposta pela natureza arbitrária do fato social.

Assim como a noção de classe é produto e produtora de uma construção social, não se pode deixar escapar à consciência que este mesmo processo é produto e produtor da estruturação dos cânones nos/dos campos artístico e educativo. Em outras palavras, sejam quais forem os repertórios e práticas legitimados no campo acadêmico-musical, eles são fruto de uma tradição seletiva que não se limita aos muros da Universidade.

Torna-se relevante apontar que, dentro desta perspectiva, Apple (1997, 2001) trabalha com uma noção particular de capital cultural, que busca englobar o papel da escola na *produção* deste capital⁸. Ainda, Apple (2001, p. 65) destaca que, como parte das relações entre capital econômico e

⁸ Nas proposições de Apple (1997, 2006, 2010), esta perspectiva não é exclusiva do conceito de capital cultural, mas intrínseca aos mecanismos das instituições educacionais, que não só operam na *distribuição* de valores ideológicos e conhecimento, como *produzem* (como uma mercadoria) o tipo de conhecimento necessário à manutenção das hegemonias dos grupos dominantes. Com efeito, esta é a principal tese defendida pelo autor em *Ideologia e currículo* (APPLE, 2006) e desenvolvida em trabalhos posteriores (ver Apple, 2001).



capital cultural, as instituições escolares atuam na produção de um conhecimento muito específico, criando e recriando "categorias de desvio que estratificam os alunos. A criação de desvios e a produção de capital cultural estão intimamente implicadas".

É neste sentido que apreendemos os cânones como *formadores* do gosto musical devidamente habilitado para adentrar ao âmbito do ensino superior, identificado no interior dos campos acadêmico e curricular, pela formação do novo capital cultural "popular", fruto da formação de grupos de agentes que disseminam e reproduzem – por meio de seus próprios cânones e práticas sociais – o seu capital simbólico. Ainda, destacamos que:

o que está em jogo nas lutas, cujo lugar é o campo, é o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característico do campo considerado, isto é, em última instância, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico (BOURDIEU, 2019, p. 110).

Portanto, as seleções operadas pela música popular, na tentativa de pertencimento ao universo acadêmico, são precisamente o reflexo desta luta pela posição privilegiada, em outros microcosmos do mesmo campo. Uma transformação da lógica objetiva dos condicionamentos e disposições permanentes, que acaba por formar grupos e subgrupos de agentes que "contribuem para a reprodução do jogo ao contribuírem [...] para produzir a crença no valor das questões" (BOURDIEU, 2019, p. 111).

Referências

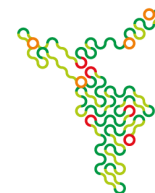
APPLE, Michael. **Conhecimento oficial**: a educação democrática numa era conservadora. Tradução Maria Isabel Edelweiss. Petrópolis: Vozes, 1997.

APPLE, Michael. **Educação e poder**. Tradução João Menelau Paraskeva. Porto (Portugal): Porto Editora, 2001.

APPLE, Michael. **Ideologia e currículo**. Tradução Vinicius Figueira. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARROS, Ricardo A. **Os professores universitários dos cursos de Música e o desafio da construção dos saberes docentes**: um estudo com bacharéis. 2019. 226 p. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007a.



BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **El sentido social del gusto**: Elementos para una sociología de la cultura. Tradução Alicia Gutiérrez. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Tradução Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2008.

GOODSON, Ivor F. **As políticas de currículo e de escolarização**: abordagens históricas. Tradução Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARQUES, Eduardo L. Discursos de professores de música: cultura e pedagogia em práticas de formação superior. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 19, n. 26, p. 47-59, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. História e música popular: um mapa de leituras e questões. **Revista de História**, São Paulo, 157, p. 153-171, 2007.

NEDER, Álvaro. O estudo cultural da música popular brasileira: dois problemas e uma contribuição. **Per Musi**, Belo Horizonte, n. 22, p. 181-195, 2010.

PEREIRA, Marcus V. M. **O Ensino Superior e as Licenciaturas em Música**: Um retrato do *habitus conservatorial* nos documentos curriculares. Campo Grande: UFMS, 2013.

SILVA, Fabiany de C. T. Estudo comparado: fundamentos teóricos e ferramentas de investigação. **Educ. Pesqui.**, v. 45, e193081, p. 1-20, 2019.

SILVA, Fabiany de C. T. Estudos comparados como método de pesquisa: a escrita de uma história curricular por documentos curriculares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 209-224, 2016.

SOUZA, Eddy L. F. **Habitus e campo violonístico nas instituições de ensino superior do Ceará**. 2012. 136 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

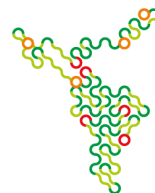
TINHORÃO, José R. **Cultura popular**: temas e questões. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2006.

TINHORÃO, José R. **Música popular**: um tema em debate. 3ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1997.

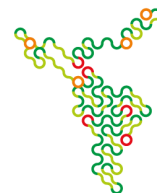
TRAVASSOS, Elizabeth. Redesenhando as fronteiras do gosto: estudantes de música e diversidade musical. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 11, p. 119-144, 1999.



Universidade do Extremo Sul Catarinense
IV Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e
Educação
Desafios Contemporâneos das Sociedades Ibero Americanas



VALLE, Ione R. **Sociologia da educação**: currículo e saberes escolares. 2^a ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.



O ACESSO DAS MULHERES À EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Silvana Rodrigues de Souza Sato¹

Mariele Martins Torquato²

Luiza Turnes³

Resumo: Nesta proposta objetiva-se, mediante o aporte teórico de autores da sociologia e história francesa e brasileira, analisar o acesso das mulheres brasileiras ao nível superior de ensino. Para tal, construiu-se um panorama histórico sobre o acesso do público feminino à educação e, posteriormente, analisou-se o perfil do ingressante à educação superior em nível nacional segundo a variável sexo. Depois, estudou-se o caso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por meio dos questionários socioeconômicos preenchidos pelos candidatos aos concursos vestibulares da Instituição (2001-2015). Os resultados apontam para o maior acesso de mulheres à educação superior no país. Na UFSC o maior número de inscrições sempre foi realizado pelas mulheres, mas foram os homens que conseguiram maior êxito. Nos cinco cursos mais concorridos da universidade houve movimentos de maior acesso das mulheres em graduações com perfil masculino. Inscrições e classificações femininas começaram a crescer nos últimos anos analisados nos cursos de Engenharia Civil e Direito Noturno. Em cursos com perfil feminino, como Arquitetura e Urbanismo, os homens estão se inscrevendo e classificando mais. No curso de Medicina, na maioria dos anos, o maior número de inscrições foi de mulheres e as classificações obtidas mais por homens. Verifica-se que houve avanços em relação a democratização do acesso das mulheres à educação superior brasileira nos últimos anos, porém há muitas limitações a serem enfrentadas.

Palavras-chave: Educação Superior. Democratização. Acesso das mulheres. Cursos de maior demanda. UFSC.

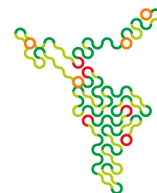
WOMEN'S ACCESS TO BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: THE CASE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA CATARINA

Abstract: This proposal aims, through the theoretical contribution of authors from French and Brazilian sociology and history, to analyze the access of Brazilian women to higher education. For such, a historical panorama was constructed based on the female public access to education, and subsequently, the profile of those entering higher education at national level was analyzed according to gender variable. Then the case of the Federal University of Santa Catarina (UFSC) was studied through the socioeconomic questionnaires filled out by candidates for the institution's entrance exams (2001-2015). The results point to greater access of women to higher education in the country. At UFSC the major number of registrations has always been made by women, but it was men who achieved greater success. In the five most popular courses at the university there were movements

¹ Faculdade da Polícia Militar de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina.

² Colégio do Campeche. Florianópolis, Santa Catarina.

³ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

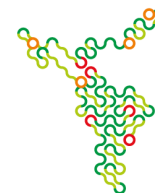


with greater access for women in undergraduate courses with a male profile. Female enrollments and classifications have started to increase in the last years analyzed in the courses of Civil Engineering and Night Law. In courses with a female profile, such as Architecture and Urbanism, men are signing up and rating more. In the medical course, in most years, the largest number of enrollments was made by women and the classifications obtained more by men. It appears that there have been advances in the democratization of women's access to Brazilian higher education in recent years, however, there are many limitations to be faced.

Keywords: Higher Education. Democratization. Women's access. Higher demand courses. UFSC.

Neste trabalho analisamos o acesso das mulheres brasileiras ao nível superior de ensino para compreender se ocorreram mudanças no acesso de mulheres à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por intermédio da análise da variável sexo dos inscritos e classificados nos concursos vestibulares (2001-2015). Para compor esta pesquisa recorremos aos questionários socioeconômicos respondidos pelos candidatos no momento de inscrição nas seleções. Utilizamos como metodologia a abordagem quantitativa ao longo deste estudo de caráter longitudinal. A proposta aqui apresentada é composta de uma introdução que trata sobre o perfil dos ingressantes segundo a variável sexo à educação superior brasileira e, posteriormente, apresentamos os dados empíricos do acesso dos candidatos que se inscreveram e se classificaram nos cursos mais concorridos da UFSC, entre 2001 e 2015.

No ano de 2014 tínhamos no Brasil 55,5 % de mulheres e 44,5 % de homens dentre a população em geral. No entanto, em idade própria para o ensino superior (20-24 anos), a população se divide em 50%. Ao longo do período de 2008 a 2012, a participação das mulheres, tanto entre os inscritos nos exames vestibulares quanto entre os candidatos que têm acesso à Educação Superior brasileira, aqui denominados ingressantes, apresentaram taxas superiores a dos homens. Os dados do Censo (INEP/MEC, 2012) revelam uma significativa superioridade de ingressantes do sexo feminino, representando 55,4% do total da população estudantil neste nível de ensino. No entanto, nas instituições federais de ensino, a diferença entre homens e mulheres é menor, devido à forte presença deles nos Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), onde os cursos são tradicionalmente vinculados ao universo tido como masculino. Mesmo assim, a participação feminina cresce, tornando a diferença pequena, pois os homens figuram em 51,5% das vagas específicas dos cursos de tecnólogos. Analisando as instituições privadas, onde se deu a maior expansão do ensino superior, a diferença entre homens e mulheres é maior, e esse número alcança, aproximadamente, 29,6% de superioridade feminina. Em relação as categorias administrativas elas



são a maioria, correspondendo a 51,5% nas instituições federais, 54,5% nas estaduais, 56,2% nas municipais e 56,4% nas instituições privadas.

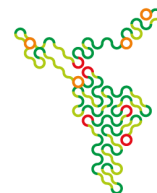
No Brasil, as mulheres se constituem maioria no ensino superior em todas as categorias administrativas, como resultado de uma série de estratégias empreendidas, desde muito tempo, na tentativa de serem melhor reconhecidas e corresponderem aos seus novos papéis sociais. Os resultados obtidos no ensino superior decorrem das estratégias que as mulheres adotam ao longo da vida, visando percorrer todas as etapas de escolaridade. A dinâmica das mulheres no ensino superior brasileiro demanda uma significativa análise, pois observa-se, na atualidade, uma movimentação que, ao mesmo tempo em que mantém elementos das trajetórias tradicionais em cursos considerados femininos, como licenciaturas e postos médios das áreas de saúde, como enfermagem, psicologia entre outros, elas se destacam de maneira expressiva para em carreiras masculinas.

Em relação ao perfil dos estudantes, refere-se ao fato de as mulheres estarem ingressando, cada vez mais, em cursos de bacharelado. Diferentemente do que se via até a década de 1980, quando elas ingressavam quase que, exclusivamente, nos cursos de licenciaturas e nas subáreas da saúde, organizando carreiras em que, mesmo sendo maioria, mantinham-se em quadros subalternos, enquanto a minoria masculina organizava trajetórias de postos de chefia, como demonstram estudos sobre a carreira do magistério.

Tabela 1 - Dez cursos com maior número de matrículas de Mulheres e Homens – 2012 – Brasil

Mulheres	Matrículas	Homens	Matrículas
Pedagogia	556.283	Administração	372.893
Administração	460.149	Direito	345.999
Direito	391.272	Engenharia Civil	143.868
Enfermagem	198.872	Ciências Contábeis	132.017
Ciências contábeis	181.157	Ciência da Computação	108.874
Serviço social	157.242	Engenharia de Produção	90.266
Gestão Pessoal/ Recursos Humanos	135.067	Engenharia Mecânica	75.936
Psicologia	131.786	Formação de profissionais de Educação Física	71.293
Fisioterapia	81.982	Engenharia Elétrica	67.303
Farmácia	72.342	Gestão Logística	61.054

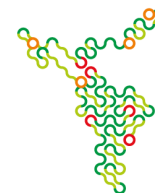
Fonte: INEP/MEC (2012).



Se o curso de Pedagogia ainda é o curso mais procurado pelas mulheres, 93,4% (Tabela 1) e a esta opção estudiosos, como Campos e Silva (2002) e Bourdieu (2007; 2014), têm se pronunciado com importantes contribuições que atrelam esta escolha à condição da mulher em sociedades de modelo patriarcal, o contraponto está na procura por cursos como administração e direito, posicionados em nossa tabela como segunda e terceira opções, que configuram uma nova realidade dos cenários acadêmicos brasileiros. Estas profissões (direito e administração), caracteristicamente, eram ocupadas substancialmente por homens, o que se reflete sobremaneira nos cargos de prestígio de um país.

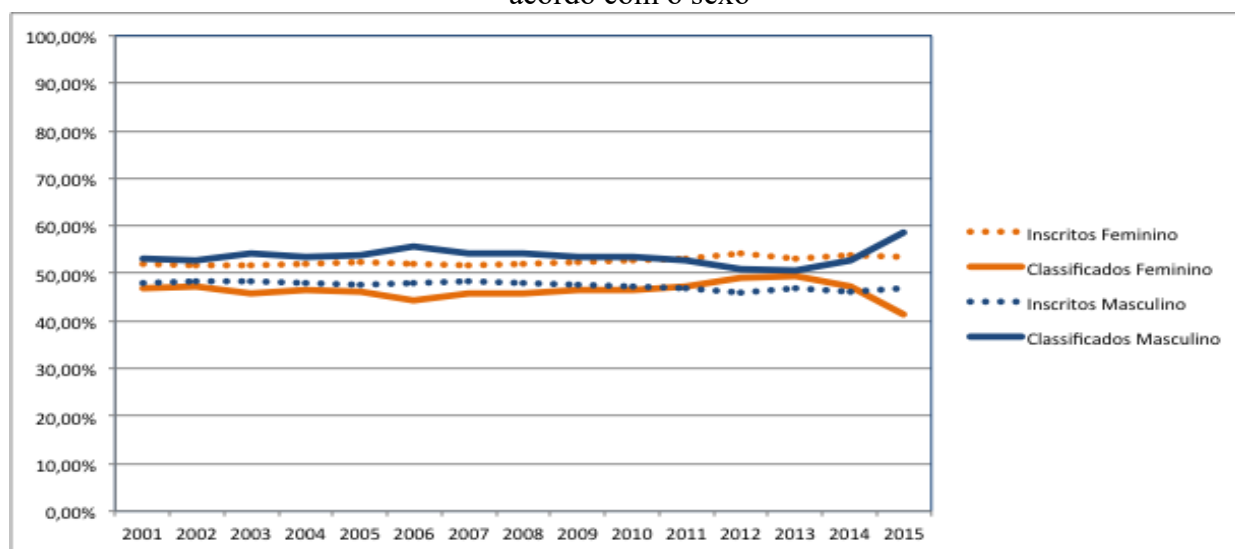
Neste contexto, analisa-se a importância dos números em pauta que demonstram que mesmo sendo a segunda e terceira opções os cursos de administração (56,5%) e direito (54,2%) para ingressantes mulheres, elas ainda estão em maior número, se comparada a primeira opção masculina. Dentre os dez cursos mais procurados no Brasil, as mulheres não aparecem em nenhuma das quatro engenharias destacadas no ingresso de homens. Especificamente sobre o caso da UFSC, podemos destacar que a IES tem a peculiaridade de se distinguir das demais instituições brasileiras pelo menor ingresso de mulheres. Para melhor entender este fenômeno, desenvolvemos a análise acerca dos aspectos sobre os “inscritos no vestibular” e os “ingressantes por sexo na UFSC”.

No ano de 2010 realizamos um estudo em parceria com Valle, Sato e Besen (2010) sobre os índices de inscrições e classificações de mulheres e homens na UFSC entre os anos de 1981 a 2009. Durante os primeiros anos os homens representavam a maioria do número de inscritos (59,3% em 1981). A diferença entre o número de homens e de mulheres inscritos no vestibular diminuiu gradativamente até atingir certa estabilidade. Entre os anos de 1990 a 1994 o número de inscrições masculinas e femininas representava aproximadamente 50% das candidaturas. A partir de 1995, observamos uma mudança significativa no quadro de inscritos que irá reverberar até os dias atuais: o número de mulheres inscritas cresce acompanhando o movimento também crescente do número de candidaturas gerais nos concursos. Todavia, foram os homens que apresentaram o melhor desempenho; eles obtêm os maiores índices de classificação. Esta tendência foi amenizando-se ao longo do período investigado. Se eles representavam 59,3% dos classificados em 1981, em 2009 ocuparam 53,6% do total de vagas. Destacamos o ano de 1996 no qual as mulheres ocuparam pela primeira – e única vez – o maior número de cadeiras universitárias: 53% do total.



A continuidade das pesquisas demonstra que nos concursos vestibulares da UFSC, as mulheres prosseguem inscrevendo-se em maior número. No entanto, são os homens que obtêm os maiores índices de classificação. Podemos observar o fenômeno descrito no gráfico 1.

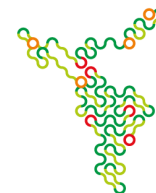
Gráfico 1 – Relação do número de inscritos e classificados nos concursos vestibulares da UFSC de acordo com o sexo



Fonte: Dados dos questionários socioeconômicos COPERVE/UFSC (2001 a 2015), Sato (2018).

De 2001 a 2007, as candidatas às vagas universitárias inscreveram-se em torno de 52% e os homens, 48%. Nos quatro anos seguintes (2008 a 2012) as candidaturas femininas ganham mais força, alcançando a casa de 54%, contra 46% das inscrições masculinas. Assim sendo, de 2007 para 2012, a diferença entre o número de inscrições de mulheres e homens, dobra de quatro pontos percentuais para oito. Nos três últimos anos (2013 a 2015) tivemos poucas mudanças, embora a diferença persista, ela é menor: seis pontos percentuais.

Se o número de inscrições de mulheres é sempre maior do que o dos homens, em relação às classificações o movimento vai na direção contrária, pois os homens classificam-se em número maior que as candidatas, o que se pode verificar no gráfico acima. Entre os anos de 2001 e 2006, os percentuais de classificação de homens e mulheres oscilam entre 53% e 56% para homens e 47% e 44% para mulheres. Mas de 2007 a 2013, a diferença das cifras de classificações entre os sexos se estreitou, pois se em 2007 a diferença era de oito pontos percentuais a mais de classificações masculinas em 2013 cai para dois pontos percentuais, quase igualando o número de classificações entre homens e mulheres. Nos dois últimos anos (2014 e 2015), o número de classificações de homens

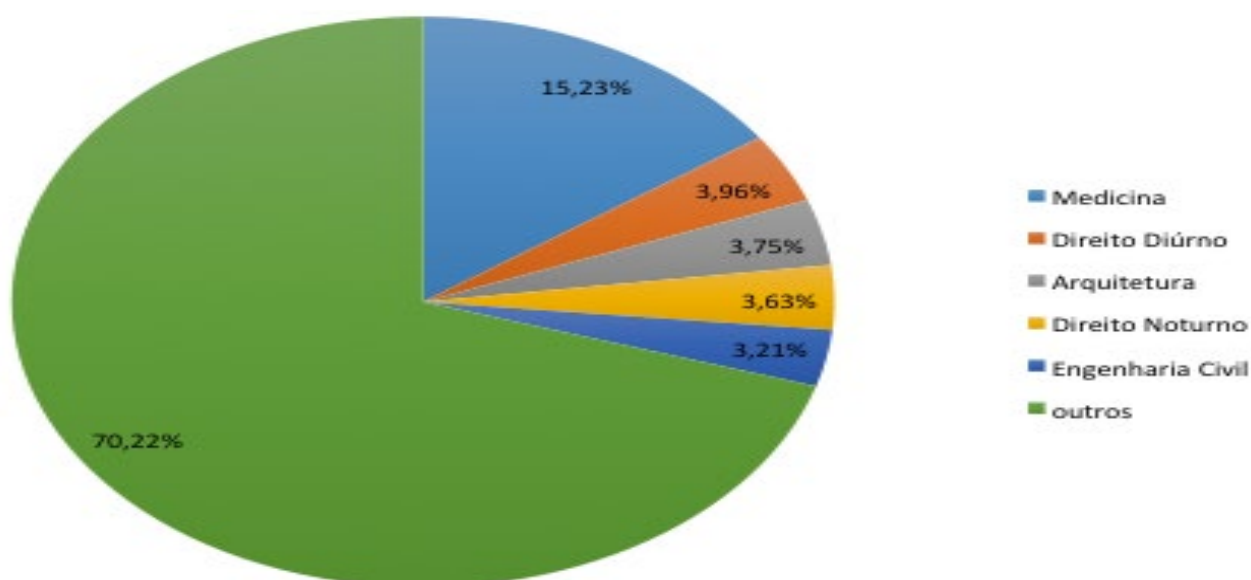


retoma o crescimento, distanciando-se novamente das mulheres. Destaque para o ano de 2015: 59% do total das vagas foram ocupadas por homens.

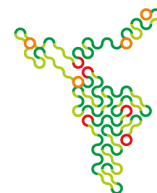
Há muito tempo, diferentes estudos vêm mostrando que as universidades públicas brasileiras historicamente são consideradas elitizadas, por propiciarem reprodução e continuidade de estudos mais para determinadas frações de classe do que para outras. Nesta mesma esteira estão os cursos de maior demanda e por isso nosso foco de análise voltou-se para eles. Se, segundo Langouët (2002), a democratização do ensino acontece quando indivíduos de diferentes grupos sociais convivem nos mesmos espaços educativos, a grande questão que procuramos responder, em relação a variável sexo é: se, pelo menos um número semelhante de homens e mulheres estão se inscrevendo e classificando para os cursos mais concorridos da UFSC?

No universo de 506.214 inscrições que a universidade recebeu entre 2001 e 2015, os cursos de maior demanda, ou seja, aqueles que os pretendentes a uma vaga universitária mais se inscreveram foram os seguintes, em ordem decrescente: Medicina, Direito diurno, Arquitetura e Urbanismo, Direito noturno e Engenharia Civil como podemos observar no gráfico 2:

Gráfico 2 – Percentuais de inscrições nos cursos de maior demanda da UFSC entre os anos de 2001 e 2015



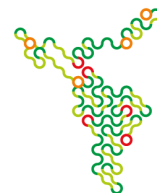
Fonte: Dados coletados no site da COPERVE/UFSC (2001 a 2015) - Sato (2018).



Refletir sobre as desigualdades sexuais reveladas nas diferenças marcantes nas trajetórias escolares de homens e mulheres sempre requer reafirmar que a história das instituições escolares não foi comum aos dois sexos. Baudelot e Establet (2009), enfatizam que pensar a justiça social e a eficácia de um sistema escolar não pode se pautar apenas em fatores como as diferenças de resultados entre classes sociais ou países de origem dos estudantes, mas também nas desigualdades entre os sexos. Em decorrência de anos de exclusão da escola reservada aos homens ou à condenação a estudos voltados para o estatuto de mães e/ou esposas, as mulheres ocuparam, por longo tempo, pouco os espaços de formação. Mas como mostraram as pesquisas educacionais e particularmente este estudo, nos últimos 40 anos o público feminino começou a procurar mais os estabelecimentos de ensino, entre eles as universidades, como é o caso da UFSC. Mas o reflexo da história revela-se no momento de escolha de uma carreira profissional com consequência sobre a inscrição e a classificação nos cursos de graduação. Por mais que, hoje, possamos enfatizar a maior procura das mulheres à formação universitária, nossa pesquisa demonstra que são os homens que conseguem em maior número acessar a este nível de ensino e que, além disso, algumas carreiras profissionais se mantêm fechadas para elas. Portanto, como afirmam os autores acima “se as diferenças têm diminuído [entre homens e mulheres], elas estão longe de ter desaparecido” (p.99).

No que se refere aos 5 cursos mais concorridos da Universidade temos o seguinte panorama. Entre os anos de 2001 e 2015, a graduação em Medicina sempre foi mais requerida pelo público feminino. A média de inscrições realizadas pelas mulheres foi de 62,2% e a dos homens de 37,8%, ainda ao longo do período, elas passaram a se candidatar mais (9%). Movimento contrário aconteceu nos dados analisados relativos às classificações. Em 10 dos 15 anos pesquisados, os homens se classificaram mais que as mulheres.

Em relação às classificações de homens e mulheres no curso de Medicina, podemos caracterizá-las em duas etapas, as quais oscilam: 2001 a 2008, fase em que ora se classificam mais homens (2001; 2002; 2003 e 2005), fase melhor representada pelas mulheres (2004; 2006; 2007 e 2008). Com ênfase para os anos de 2002 e 2005, nos quais os homens classificaram-se, respectivamente 28% e 24% a mais que o número de mulheres. Destaque para o ano de 2008 em que a porcentagem de mulheres classificadas é 18% a mais que de homens. A segunda etapa evidencia a grande presença de homens aprovados e classificados no curso. De 2009 a 2015, apenas no ano de 2014 tem-se praticamente o mesmo número de homens e mulheres classificados (50% para cada

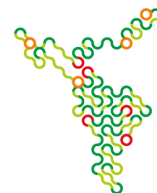


sexo), já nos demais anos sempre o maior percentual foi de classificações masculinas. Destacam-se os altos percentuais de classificação dos homens nos anos de 2009 e 2010, nessa ordem 66,3% e 62,3%.

Como no curso de Medicina, no de Direito diurno as mulheres se candidataram em número sempre superior ao dos homens, em média 60% de candidaturas femininas contra 40% masculinas. A distância entre os sexos torna-se menor quanto à classificação, quando observamos que em 15 anos, aproximadamente 50% (média) de cada sexo consegue acessar às cadeiras universitárias. Mas ao contrário das inscrições, o número de mulheres e homens classificados oscila bastante dependendo do ano. Como afirmamos anteriormente, o maior número de inscrições sempre foi realizado mais por mulheres do que por homens. Mas no começo do período abrangido, 2001, os percentuais de inscrições entre mulheres e homens eram mais próximos. Principalmente após o ano de 2008, eles foram se afastando e o número de candidaturas femininas aumentou consideravelmente. De 2001 a 2007, o número de inscrições realizadas por mulheres foi de 55% em média, já a de homens ficou em torno de 45%. A partir do ano de 2008 ocorreu uma maior procura por parte do público feminino, marcando crescimento de 8% entre 2008 e 2012. Na fase seguinte, essa procura decaiu um pouco (de 65,4% para 62,8%), mas continua elevada.

Os maiores índices de classificação foram obtidos pelos homens, entre os anos de 2001 e 2007. Já entre os anos de 2008 e 2012, o maior percentual de classificados foi de mulheres, com exceção de 2011, ano em que 51% dos classificados se declararam do sexo masculino. De 2013 a 2015, as mulheres classificaram-se em maior número em dois anos. Cabe destacar que, nos anos de 2004 e 2006, os percentuais de homens classificados se aproximaram da casa dos 60% e que nos outros anos esses percentuais entre os sexos estiveram muito próximos, mesmo que em um determinado momento um se classifique mais que o outro. Outra questão observada foi que nos primeiros anos do período (2001 a 2007), os homens se classificavam mais que as mulheres, fato este que se reverte nos últimos anos, com exceção dos anos de 2011 e 2014. Mas no computo geral dos 15 anos, os homens classificaram-se mais no segundo curso mais procurado pelos candidatos às vagas de direito.

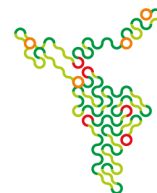
As mulheres foram as que mais realizaram inscrições no curso de Arquitetura e Urbanismo durante o período pesquisado. Na primeira fase, os percentuais de candidaturas femininas giraram entre 67% e 71,4%. Nas duas etapas seguintes, a porcentagem sempre esteve acima de 70%, chegando ao percentual de mais de 74% nos anos de 2010, 2012 e 2013. Ao contrário dos dois cursos anteriores,



houve grande presença de mulheres nas listas de classificação dos concursos, mas o que difere do momento das inscrições foi que elas ocupavam mais cadeiras universitárias na primeira fase do que nas posteriores (de 2001 para 2015, houve queda de 17,6% na participação de mulheres). Entre os anos de 2001 e 2007, os percentuais de classificação das mulheres atingiram altas taxas entre 66% e 79,7%. Na segunda fase (2008 a 2012), nos dois primeiros anos e no penúltimo, o percentual anual sempre ultrapassou os 70% de aprovação feminina, ficando em outros dois anos, em torno de 63%. Destaque para o ano de 2012, quando ocorreu o menor percentual de classificação feminina do período (58,3%). Já entre os anos de 2013 e 2015, observa-se redução na classificação das mulheres. Os índices giraram em torno de 66% para 60%. Os dados analisados ainda demonstram a elevação contínua, mas por vezes oscilante, do público masculino que conseguiu classificar-se em percentuais maiores para o curso de Arquitetura e Urbanismo, principalmente de 2012 a 2015, em que os percentuais de êxito desses candidatos.

Na maioria dos anos investigados, os homens inscreveram-se em número maior para o curso de Direito noturno. De 2001 a 2007, em seis anos o maior número de candidaturas foi masculina (entre 53% e 57%). No ano de 2006, ocorreu praticamente uma divisão no número total de inscrições, 50,86% foram efetuadas por mulheres e 49,14% por homens. A segunda fase (2008-2012), novamente foi marcada pelo maior número de inscrições masculinas. Dos cinco anos desta etapa, em três os homens candidataram-se mais, entre 50,6% e 56,2%. No ano de 2011, o número de inscrições de homens e mulheres foi praticamente o mesmo (respectivamente, 49,64% e 50,36%). A partir do ano de 2012, as mulheres passaram a predominar no cenário, atingindo entre 54,3% e 56,7% do total das inscrições. Quadro diferente desenhou-se no que concerne às classificações, com exceção do ano de 2014, nos demais sempre o maior número de exitosos nos concursos foi de homens.

Os dados que representam a classificação masculina para o curso de Direito noturno demonstram certa instabilidade, mas registram altos percentuais de desempenho. De 2001 a 2007, os percentuais oscilam em 20% (72,5% a 52,5%). Nesta fase, encontramos o percentual mais baixo de classificação feminina: 27,5% (2001). Ainda, em 2005 e 2006, nestes dois anos, tivemos os índices mais baixos de homens entrando no curso (52,5%), consequentemente uma maior aproximação entre homens e mulheres deu-se na primeira fase pesquisada. Na segunda etapa, os homens classificaram-se aproximadamente de 58% a 72%. De 2012 para 2013, houve um decréscimo de quase 9% na

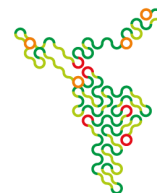


classificação dos homens, queda que se acentua de 2013 para 2014, mais 9%. Mas no último ano da pesquisa, as classificações masculinas voltaram a marcar grande crescimento: 17,8%.

Outro curso que sempre recebeu maior número de candidaturas realizadas por homens e estes, também, sempre conseguiram se classificar em cifras mais elevadas que das mulheres foi o quinto mais procurado da instituição, Engenharia civil. No entanto, observou-se que ocorreu um movimento de redução da procura por esta graduação por parte dos homens ao longo do período pesquisado, menos 11,3% e, em porcentagem menor (aproximadamente 4%), quanto as classificações. A redução no número de candidaturas realizadas pelos homens foi mais evidente nas segunda e terceira fases. Entre 2001 e 2007 as inscrições masculinas foram em torno de 75% e 78%, tendo havido decréscimos no ano de 2002 e 2007 para a casa aproximada dos 73%. No ano de 2008 voltaram a crescer, 77,9%. Este acréscimo não persiste nos anos posteriores. De 2008 para 2009, ocorreu uma queda de mais ou menos 8% das inscrições masculinas e mais 3,5% até 2012. Nos dois primeiros anos da última etapa a redução continua, chegando a marca de 61% das inscrições efetuadas por homens em 2014. Já em 2015, houve aumento de 5,6% nas candidaturas masculinas para o curso de Engenharia Civil. Ou seja, se de 2008 a 2014, ocorreu redução de procura pela graduação por parte dos homens, nesse período a demanda feminina cresceu 16,6%.

Se, como vimos, as mulheres estão se inscrevendo mais para as cadeiras de Engenharia Civil nos últimos oito anos desta pesquisa, o avanço na chance objetiva de cursar a graduação não acompanhou os mesmos índices, pois elas não conseguiram se classificar na mesma proporção em que se inscreveram. De 2001 a 2007, tivemos uma fase totalmente irregular no número de classificações, dos sete anos em quatro as classificações ficaram em torno de 26% a 32% e nos outros três, baixaram para os percentuais entre 12,7% e 16%. A segunda fase foi a única em que ocorreu um aumento de quase 10% (de 23% a 32,6%) e na última ocorreu novamente queda nas classificações de mulheres. Ainda convém sublinhar que, somente em três anos as mulheres conseguiram atingir acima de 30% do total das classificações para o curso de Engenharia Civil (2005, 2007 e 2010). Além disso, as cifras de classificação masculinas nunca baixaram da alta marca de 67,3%, chegando a 87,2% no ano de 2002.

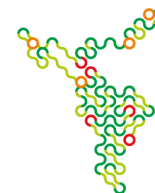
Em síntese, por intermédio do tratamento dos dados referentes à variável sexo autodeclarado pelos inscritos e classificados nos cursos mais concorridos da UFSC, podemos afirmar que quanto às similitudes entre os dois grupos, ocorreram muito mais permanências do que mudanças ao longo do



período pesquisado. Democratizar o acesso à educação superior é parte importante, mas não definidora de justiça social em educação. Esta é a síntese deste trabalho, que ao mapear os estudos sobre o acesso de mulheres ao nível universitário, observou que há uma importante contribuição de pesquisadores indicando que as escolhas femininas dos cursos ofertados, não são escolhas aleatórias, posto que a condição socioeconômica e sociosexuais, muitas vezes, define suas posições e disposições no campo das profissões. Ainda que atravessadas pelo viés histórico das tradições patriarcais, ao ingressarem no ensino superior, há um empoderamento do feminino que aumenta seus prestígios nas relações familiares, políticas e no mercado de trabalho. Assim, os estudos feministas revelam as dificuldades de conciliar o acesso a maior escolarização frente às imposições de papéis pré-estabelecidos pelo casamento e a maternidade.

Nossos estudos permitem observar que as lutas de gênero, neste campo, se associam muito diretamente às lutas de classe, pois para as mulheres, os cursos de maior ingresso são aqueles com baixo valor social e econômico, como é o caso do curso de Pedagogia da UFSC. Como constatamos, apesar da importante expansão das oportunidades de escolarização superior registrada nos últimos anos no Brasil, as desigualdades persistem. Elas aparecem em diferentes formas, particularmente no que concerne à situação das mulheres ao ensino superior. Ao utilizarmos como ilustração a micro realidade da UFSC, observamos que notadamente esta universidade se difere das demais instituições de ensino superior do país. Na UFSC, apesar de maior inscrição de mulheres nos exames vestibulares, seu ingresso é menor do que o dos homens. Podemos inferir que a UFSC, agrava as reproduções sociais, à medida que ao observarmos a movimentação das mulheres em seu interior não se efetivam os parcos ganhos observados no macro sistema. Ou seja, se no cenário nacional há uma fluidez em cursos de bacharelado e com maiores valorizações como administração e direito, o mesmo não ocorreu na instituição pesquisada, o que prevalece na UFSC é a histórica vinculação de seus serviços com “os herdeiros”.

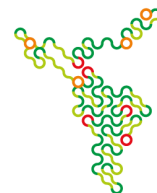
De maneira geral, os concursos vestibulares da UFSC, do período estudado, sempre receberam, em maior número, inscrições de mulheres. Em contrapartida, foram os homens que se classificaram mais. Quando tratamos os dados referentes a todos os cursos da instituição confirmamos a ausência de variações em relação à variável sexo nas inscrições e classificações. Contudo ao investigarmos a categoria nos cinco cursos mais procurados, notamos uma democratização maior em algumas graduações, nos últimos anos. No curso de Arquitetura e Urbanismo, começou a haver maior



número de inscrições e classificações masculinas. De outra parte registrou-se o aumento do número de inscritas e classificadas mulheres nos cursos de Engenharia Civil e Direito do turno noturno. Estas constatações nos auxiliam a registrar que ocorrem alguns movimentos de mudança no acesso das mulheres aos cursos mais procurados da UFSC que contribuem para a maior presença feminina na educação superior federal catarinense.

Referências

- BAUDELLOT, Christian; ESTABLET, Roger. **L'elitisme républicain: L'école française à L'épreuve des comparaisons internationales**. Éditions du Seuil et La République des Idées, Paris, mars 2009.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior (1992). In: **Escritos da Educação**. NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs.). Tradução Magali de Castro. 9.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- _____. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Tradução Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (Org.). **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- COPERVE/UFSC (Comissão Permanente do Vestibular). Censo e estatísticas do Ensino Superior, UFSC – 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. Disponível em: <<http://www.coperve.ufsc.br>>. Acesso em: 22 jun. 2013.
- ENADE (Exame Nacional de Cursos). **Censo 2012**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/manuais/manual_enade_2014.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- INEP/MEC. **Censo e Sinopse Estatísticas do Ensino Superior, INEP/MEC – 1933,1945, 1960, 1965, 1970, 1980, 1990, 1995, 2000, 2001 e 2012**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2013.
- LANGOUËT, Gabriel. A escola francesa se democratiza, mas a inserção social torna-se cada vez mais difícil. **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v. 20, n. Especial, p. 85-106, jul./dez.2002.
- SATO, Silvana Rodrigues de Souza Sato. **Movimentos de Democratização do Acesso: análise do perfil dos inscritos e classificados à Universidade Federal de Santa Catarina em perspectiva longitudinal (2001-2015)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.
- VALLE, Ione Ribeiro; SATO, Silvana Rodrigues de Souza; BESEN, Danielly Samara. Quem obtém os melhores índices de classificação nos vestibulares da UFSC (1981-2009): Homens ou mulheres? In: VIII Encontro de pesquisa em Educação da Região Sul, Londrina. **Anais do evento**. Londrina: ANPED Sul. p. 1-18, 2010.



SOBRE O ESTADO. CURSOS DE PIERRE BOURDIEU NO COLLÈGE DE FRANCE: CONFERÊNCIA DE 25 DE JANEIRO DE 1990

Marilândes Mól Ribeiro de Melo¹
Bruno Dalton Felisbino²

Resumo: Pierre Bourdieu (1930-2002) durante alguns anos no Collège de France ministrou conferências sobre o Estado. Nelas o teórico desenvolveu ideias refletindo sobre questões que em seu conjunto, contribuem para a compreensão do Estado, seja em sua forma nascente, ou institucionalizada, por meio de seu volume de recursos e capitais simbólicos que são instrumentos para determinados agentes e objeto de lutas entre eles. Assim sendo, esta comunicação objetiva abordar a Conferência ocorrida no dia 25 de janeiro de 1990, na qual o teórico empreende esforços para forjar a noção de Estado, tomando noções desenvolvidas em Marx, Weber e Durkheim entre outros, mas procurando avançar, enfatizando que além do monopólio da violência física, o Estado possui também o monopólio da violência simbólica. Nessa Conferência Bourdieu transita entre ideias que permitem cunhar uma noção de Estado defendendo a necessária relação entre o teórico e o empírico e lançando mão de um conjunto de reflexões que fazem ver tal possibilidade. Ao debater aspectos relacionados à teoria e empiria, comissões estatais e encenações, a construção social dos problemas públicos, o Estado como ponto de vista dos pontos de vista, parêntese sobre o ensino da pesquisa em sociologia e o Estado e o sociólogo entre outros, Bourdieu fornece pistas e instrumentos para se compreender a construção de uma gênese histórica do Estado, bem como mostra os erros cometidos e as lições que com eles se pode aprender, do ponto de vista metodológico.

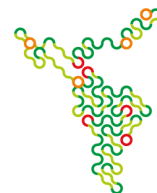
Palavras-chave: Pierre Bourdieu. Collège de France. Conferências. Estado

ABOUT THE STATE. PIERRE BOURDIEU'S COURSES AT THE COLLÈGE DE FRANCE: CONFERENCE ON JANUARY 25, 1990

Astract: Pierre Bourdieu (1930-2002) for a few years at the Collège de France gave conferences on the State. In them, the theorist develops ideas reflecting on issues that as a whole contribute to the understanding of the State, whether in its nascent or institutionalized form, through its volume of resources and symbolic capital that are instruments for certain agents and object of struggles between they. Therefore, this communication aims to address the conference held on January 25, 1990, in which the theorist makes efforts to forge the notion of State, taking notions developed in Marx, Weber

¹ Instituto Federal Catarinense, Campus Camboriú. Camboriú/Santa Catarina/Brasil. Professora Dra atuando nos cursos de graduação em Pedagogia e no Programa de Pós Graduação em Educação PPGE/IFC. Membro do Grupo de Pesquisas Sociológicas Pierre Bourdieu (LAPSB); do Grupo de Pesquisa, Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina (GPEFESC) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Formação de Professores e Processos Educativos (GEPEFOPPE).

² Estudante de graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Grupo de Pesquisas Sociológicas Pierre Bourdieu (LAPSB) e do Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Professores em Santa Catarina (GPEFESC).



and Durkheim among others, but seeking to advance, emphasizing that beyond from the monopoly of physical violence, it also has the monopoly of symbolic violence. In this conference, Bourdieu moves between ideas that allow for the creation of a notion of the State, defending the necessary relationship between the theoretical and the empirical and making use of a set of reflections that make such a possibility visible. When discussing aspects related to theory and empiricism, state commissions and staging, the social construction of public problems, the State as a point of view, parenthesis on the teaching of research in sociology and the State and the sociologist, among others, Bourdieu it provides clues and instruments to understand the construction of a historical genesis of the State, as well as showing the mistakes made and the lessons that can be learned from them, from a methodological point of view.

Keywords: Pierre Bourdieu. College of France. Conferences. State

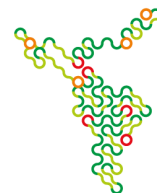
Sobre Pierre Bourdieu

Champagne (2004), tece referências que permitem compreender a dimensão da amplitude e do alcance da obra bourdiesiana. Para Champagne (2004, p. 8) “Pierre Bourdieu é daquelas personalidades tão conhecidas que não precisam ser apresentadas”. Este teórico caracteriza a sua produção teórica como significativa, consistente e complexa, posto que é a produção de toda uma vida. Melo (2014, p. 81) descreve:

As reflexões iniciais de Bourdieu datam de sua estada na Argélia, em tempos de serviço militar e de experiências vividas no Béarn, sua cidade natal, quando se dedicou ao entendimento das crises campestres desses lugares. Desses estudos resultaram a publicação dos trabalhos *Le déracinement*, *La crise de l’agriculture en Algérie*, de 1964 e *Algérie 60, structures économiques et structures temporelles*, de 1977, como complemento. Anteriormente, no ano de 1958, Bourdieu havia publicado a obra *Sociologie de l’Algérie*, posteriormente publicado com o título *Travail et travailleurs en Algérie*, na coleção *Que sais-je?*, porém, sem muito sucesso.

Melo (2014, p. 80) em seus estudos tece uma singela biografia de Bourdieu (1930-2002). A autora o descreve como “um renomado sociólogo francês, cuja produção teórica tem sido amplamente conhecida e reconhecida no mundo intelectual e acadêmico. Seus estudos, inicialmente inspirados na filosofia clássica e, posteriormente, fundamentados no conhecimento sociológico, fizeram com que a sociologia se constituísse para ele, como o seu ‘esporte de combate’”. Do campo da filosofia, suas raízes iniciais, deslocou seus interesses para diferentes “objetos e objetivos sociológicos, buscando inclusive, nas ‘banalidades’ cotidianas, a possibilidade de desvelar os radicais das práticas sociais” (MELO, 2014, p. 80).

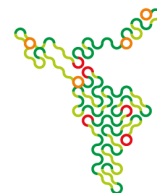
A experiência anteriormente relatada sobre o principiante Bourdieu “foi fundamental para o desenvolvimento, para a construção de conceitos pilares de sua obra como habitus, reprodução, campo, capital cultural, dominação, violência simbólica” (MELO, 2014, p. 81). Após este movimento



inicial Bourdieu orientou pesquisas no Centro de Sociologia Europeia e dedicou-se a compreender o sistema de ensino francês dentre outros temas. É neste período que vem à lume duas obras impactantes que estremeceram os pilares da educação na França: *Les héritiers*, em 1964 em parceria com Jean-Claude Passeron; obra que evidenciou “o papel do capital cultural na seleção escolar” e *La Reproduction*, em 1970, que desencadeou muitas interpretações equivocadas por parte daqueles “que se detém apenas nos títulos” (CHAMPAGNE, 2004, p. 10) das obras de Bourdieu. O primeiro texto os autores Bourdieu e Passeron, desnuda a relação entre o sucesso escolar e a herança cultural. Mostra que os herdeiros culturais possuem os melhores resultados e seguem as carreiras de maior prestígio. Anunciaram uma face da escola francesa que revelou a herança cultural e fragilizou os discursos que difundiam a democratização da educação. Ao desnudar o ideal democrático francês, desvela “que o sucesso se dava por meio das variáveis: sexo e origem social, afirmando que a escola selecionava, classificava e excluía (MELO, 2014, p. 82).

O segundo texto, *La reproduction*, autoriza mais que pensar a escola como reprodutora: esta obra foi o princípio inspirador “para desenvolver um novo sistema conceitual, apoiado principalmente sobre uma noção que teria, ela própria, muito futuro: a noção de violência simbólica” (CHAMPAGNE, 2004, p. 11). Estas duas produções foram ressignificadas em estudos posteriores que exigiram de Bourdieu dedicação como, por exemplo, *La distinction*, de 1979. Esta produção contribuiu para a teorização das classes sociais, por abordar processos de diferenciação e permitir construir “uma teoria sociológica das categorias que organizam a percepção do mundo social e que por isso contribuem para produzi-lo” (CHAMPAGNE, 2004, p. 11). Bourdieu, no texto *Le sens pratique* vem, em 1980, aprofundar *La distinction*. Nela “propõe uma teoria do conhecimento sociológico, esforçando-se por situar sua sociologia com a corrente objetivista simbolizada, na antropologia, por Lévi-Strauss, e com relação às correntes subjetivistas representadas pela fenomenologia sartriana” (CHAMPAGNE, 2004, p. 11).

Na *La misère du monde* de 1993, o teórico busca “tornar acessível, para além do círculo de profissionais, as análises mais avançadas da sociologia” (CHAMPAGNE, 2004, p. 13-14) e, responde às críticas das quais era “alvo e que diziam respeito ao caráter parcial de sua produção, acusada de favorecer unicamente os dominantes” (MELO, 2014, p. 83). Wacquant (2002) sobre a contribuição bourdiesiana ressalta a *Actes de la recherche en sciences sociales* e a compreende como a criação das mais nítidas, embora pouco conhecida, para o avanço da ciência social, pois contribuiu para “derrubar



as barreiras do formalismo acadêmico, das disciplinas e do pensamento social pré construídos, assim como para desenvolver um genuíno internacionalismo científico capaz de restaurar a unidade de uma ciência social autocrítica” (WACQUANT, 2002, p. 95). Wacquant (2002, p. 95-96) argumenta:

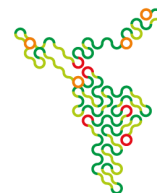
Os maiores pensadores de qualquer época são aqueles que não apenas ‘fazem descobertas’ importantes [...], mas também são aqueles que causam naqueles à sua volta uma mudança no modo de pensar, indagar e escrever. Pierre Bourdieu pertence a essa categoria, pois ele alterou para sempre a maneira como os estudiosos da sociedade, da cultura e da história em todo mundo [...] concebem e exercem seus ofícios.

As provocações bourdieusianas instigam não somente sociólogos; contribuem para que os mais diferentes campos compreendam “o mundo, o seu lugar nele, bem como as possibilidades de fazer parte desse jogo social, que é o jogo da vida, a partir de sua desnaturalização” (MELO, 2014, p. 84). A trajetória intelectual de Bourdieu o conduziu entre os fenômenos complexos e corriqueiros e neste trânsito sustentou a vigilância epistemológica por meio de uma emoção raciocinada que o levou a “disciplinar as intermitências do afeto pelo jeito provocativo de apreender o mundo social”, de acordo com Miceli (2005, p. 7).

Bourdieu pela “irradiação incontestável” de sua produção intelectual impele a novos desafios gerados pela obrigação de “inventar não somente ideias, mas novas formas de intervenção social” (VALLE, 2007, p. 133). Para Melo (2014, p. 84) “foi um sociólogo que não hierarquizou a ciência nem seus objetos, que buscou na banalidade, na cotidianidade, na simplicidade, na não validação dos modismos, tirar o véu daquilo que parece natural” e ao desnaturalizar o mundo, “não banalizou a ciência no processo de análise do espaço social e muito menos no processo de autoanálise” (MELO, 2014, p. 84).

A Conferência de 25 de janeiro de 1990

O Curso de 18 de janeiro de 1990 integra cursos desenvolvidos por Pierre Bourdieu durante dois anos no Collège de France. Subdividido em alguns tópicos esse curso dá prosseguimento aos esforços do autor para forjar a noção de Estado, tomando noções desenvolvidas em Marx, Weber e Durkheim entre outros teóricos, mas procurando avançar, enfatizando que além do monopólio da violência física, possui também o monopólio da violência simbólica. Estas anotações dizem respeito ao Curso de 25 de janeiro de 1990, no qual o autor transita entre ideias que permitem cunhar uma



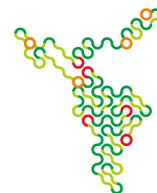
noção de Estado defendendo a necessária relação entre o teórico e o empírico e lançando mão de um conjunto de reflexões que fazem ver tal possibilidade.

No tópico “**Teoria e Empiria**”, Bourdieu retoma aspectos relativos às proposições gerais feitas acerca do Estado no curso anterior para debater uma espécie de termômetro do que foi considerado relevante sobre o curso, tomando como base observação sobre as “anotações tomadas” pelos participantes durante sua conferência; o teórico adverte sobre as dificuldades de descrever e analisar o Estado, “Estado em deterioração” naquela conjuntura, considerando proposições gerais. Bourdieu (2014, p. 55) afirma que a perpetuação desse ente se dá por transitar “num universo independente da realidade”; mostra que muitos debates teóricos podem ser estabelecidos porque “não se [faz] uma conexão com as coisas do mundo real, da vida cotidiana”. Isto é, “a colocação em suspenso de toda a referência ao que acontece”. O autor entende que as expectativas sociais reforçam os estatutos teóricos quando em todos os campos de conhecimento “a teoria é posta mais alto que a empiria, que a experiências”. Aborda o problema da dualidade percebida entre “estratégias de comunicação” e os imperativos da coerência daquilo que se deseja comunicar.

Bourdieu (2014) prossegue em suas análises abordando o aspecto “**Comissões estatais e encenações**”. Para tanto se envereda pela ideia de comissão, reconhecendo ser uma invenção histórica e tomando como exemplo a genealogia inglesa sobre essa ideia. A ideia de comissão pressupõe duas características:

A designação, a nomeação de um conjunto de pessoas reconhecidas como habilitadas, socialmente designadas para cumprirem certa função [...] e a designação como um problema de um problema digno de ser tratado por pessoas dignas de administrar o problema público. O problema público é um problema que merece ser tratado publicamente, oficialmente (BOURDIEU, 2014, p. 56).

A questão colocada pelo autor se relaciona à legitimidade daquilo que é digno de ser apresentado perante todos como um problema que é público, mas ainda que assim seja, sempre ocorrerá por meio da crítica social o questionamento daquilo que se instala com esse *status*. Nesse aspecto, aciona Erwin Goffman para o debate ao tomar a categoria de representação, de teatralidade nas interações sociais espontâneas, estas representantes da comédia e do público como mundo oficial, da cerimônia oficial, que assim sendo, ao agir faz reconhecer sua legitimidade. As comissões são entendidas como o lugar das encenações de um grupo de pessoas que desenvolvem o drama público, o “drama das reflexões sobre os problemas públicos” (BOURDIEU, 2014, p. 56). Nessa teatralidade pública, nesse mundo social como teatro irônico por definição, o autor afirma que o mais interessante

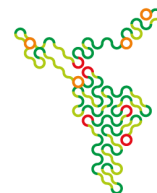


do espetáculo é a observação daquilo que acontece nos bastidores, é o prazer de desvendar os segredos da coxia: este é o trabalho sociológico.

Nesse aspecto, o autor reitera a ideia de Estado como ficção jurídica que não existe e no qual a comissão emerge como uma manobra. Aciona o Jornal *“Le Canard enchaîné”* para mostrar que é importante analisar a constituição da comissão e sua invenção organizacional. Para Bourdieu (2014, p. 57) *“o Estado se situa do lado dessas invenções, uma invenção que consiste em pôr as pessoas juntas de tal maneira que, estando organizadas desse jeito, elas façam coisas que não fariam se não tivessem organizadas assim”*. Assinala também que nos servimos dessa invenção histórica devido ao fato de cumprirem funções específicas enquanto uma instituição. Seus efeitos orientam para o esquecimento da dramatização, pois *“engendra os efeitos simbólicos produzidos pela encenação do oficial”* (BOURDIEU, 2014, p. 58). Diante da existência do problema público, como função, a comissão deve articular uma solução pública e publicável por meio da formalidade dos relatórios, emitidos como discursos ordinários e performativos aos solicitantes, que ao emitirem tal solicitação, imprimem autorização, autoridade aos comissionados. O relatório emerge como a expressão da *“relação de força entre o mandante e o mandatário”* (BOURDIEU, 2014, p. 59).

Ao analisar **“A construção social dos problemas públicos”** o autor compreende que a comissão ao relatar constrói uma *“nova definição legítima de um problema público”* (BOURDIEU, 2014, p. 59). Considerando leituras feitas por Schütz e Mead, o teórico traz à tona a tese de que o mundo social não é dado como um fato, mas como construção dos agentes. Para Bourdieu (2014, p. 59) *“trata-se de reconstituir as operações de construção que os agentes sociais operam para construir suas interações ou as relações semiformatadas”*. O autor toma para entendimento o livro de Joseph R. Gusfield *“Cruzada simbólica: política de estado e movimento da temperança americana”* de 1963, e exemplifica com o caso da estatística como uma retórica social consagrada como discurso científico e universal, pois representa uma base social ética de uma relação como, por exemplo, o consumo de álcool e a ocorrência de acidentes.

Há, de acordo com o autor, por meio da construção desses discursos, o reforço simbólico das disposições éticas, difundidas de maneira desigual no que ele denomina as opiniões. Para ele, ainda que haja contradição na performance *“teatral da verdade oficial, essa verdade oficial não deixa de ter eficácia”*, tendo em vista que *“há uma eficácia real do simbólico, e, conquanto todas essas manifestações simbólicas não passem de boas intenções ou manifestações de hipocrisia, mesmo assim elas agem”* (BOURDIEU, 2014, p. 60). Ele enfatiza que o oficial é passível de transgressão: *“atos de*



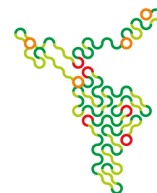
teatralização do oficial, cuja eficácia é real, embora o oficial nunca seja mais que o oficial, algo feito para ser transgredido em todas as sociedades” (BOURDIEU, 2014, p. 60).

Ao abordar **“O Estado como ponto de vista dos pontos de vista”**, toma novamente as ideias de Gusfield (1963) para avançar ratificando a ideia de que “uma ficção social não é fictícia” (BOURDIEU, 2014, p. 60) considerando que produz um efeito de fazer crer, de ser eficaz na ação de fazer crer, de “reforçar um ponto de vista entre outros sobre o mundo social, que é lugar de luta entre os pontos de vista” (BOURDIEU, 2014, p. 61), num efeito de divinização de uma perspectiva. No entanto, o autor mostra que a eficácia reside no fato de que não há um ponto de vista adotado pela comissão (Estado) que deve pairar acima de qualquer contingência, interesse, conflito entre outros. Deve parecer estar “fora do espaço social”. Assim,

esse efeito de des-particularização, esse conjunto de instituições a que chamamos Estado deve teatralizar o oficial e o universal, deve dar o espetáculo do respeito público pelas verdades públicas, do respeito público pelas verdades oficiais em que a totalidade da sociedade supostamente deve se reconhecer (BOURDIEU, 2014, p. 61).

Parte então para o debate sobre **“O casamento Oficial”** buscando estabelecer analogia entre esse contrato e o Estado, ainda que possam parecer realidades distintas. Aciona a ideia sociológica, antropológica e etnológica de casamento preferencial, demarcando sua intenção de transgredir no sentido de trabalhar com estatísticas e observando que esses acordos oficiais com todos os benefícios por eles trazidos ao grupo que a ele se submetem, existem em certo número. O teórico observa que, ainda que os grupos se submetam às relações oficiais, no que diz respeito ao casamento, esses motivos, podem se apresentar contrários às normatizações oficiais. Evoca a figura do “herói burocrático”, aquele que permite ao grupo prosseguir na crença do oficial, tendo em vista que coloca em tela os valores insuperáveis em tempos dramáticos, nos quais o *status quo*, os pilares da ordem simbólica são questionados. O “herói burocrático” emerge como uma espécie de profeta, que aconselha e restaura o oficial, que reconduz o grupo em sua trajetória e ordem, que arranja “as coisas que não podem ser arranjadas nas situações trágicas em que os dois antagonistas tem razão”, quando o que está em cheque são os “valores que o grupo não pode deixar de reconhecer” (BOURDIEU, 2014, p. 63).

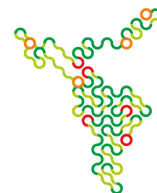
A partir do aspecto anterior passa a pensar sobre **“Teoria e efeitos da Teoria”**. Afirma que pensar a ideia de comissão é um labor complexo para a sociologia e que “o problema do Estado é tão complexo quanto o problema do Ser” (BOURDIEU, 2014, p. 63), pelo fato de exigir a negação da



dicotomia entre proposições teóricas e empíricas, tendo em vista que tanto o Estado, quanto o Ser, clamam por uma abordagem teórica, por existirem enquanto efeito da teoria. Mostra que o ofício do sociólogo é pensar “concretamente as condições sociais que fazem com que essa ficção não seja fictícia, mas operante” (BOURDIEU, 2014, p. 64). Nesse aspecto o autor retoma a ideia da comissão Barre, para mostrar toda a teatralização para a adoção de uma política de ajuda à pessoa, como operação simbólica da sua oficialização. Bourdieu (2014) mostra que essa teatralização é perigosa, pois pode dar certo ou não. Assim, quanto mais essa teatralização reforçar as representações oficiais interiorizadas pelos agentes em todas as bases (da educação, do professor entre outras), tanto mais êxito terá. Esse êxito aparece na valorização da distinção entre o Estado e a sociedade civil.

Bourdieu (2014) prossegue em sua explanação tratando a ideia **“Os dois sentidos da palavra ‘Estado’”**. Faz a distinção entre Estado como um aparelho burocrático que faz a gestão dos interesses coletivos (Estado 1) e o Estado no qual “a autoridade desse aparelho se exerce” (Estado 2) (BOURDIEU, 2014, p. 64). Ele mostra que há uma operação simbólica de oficialização tal como a que se opera numa comissão; é um trabalho no qual e pelo qual o Estado como aparelho burocrático que faz a gestão dos interesses coletivos consegue ser percebido como a expressão, a manifestação do Estado no âmbito do qual a autoridade desse aparelho se exerce: daquilo que o Estado 2 reconhece e concede ao Estado 1. Assim, trabalha no aspecto de produzir uma visão oficial que se impõe como legítima, fazendo aceitar a versão oficial, mesmo que se questione o que ocorre nos bastidores do teatro. O Estado é o “portador de uma definição legítima da situação” mesmo considerando a existência de um número elevado de distintas visões “dotadas de forças muito desiguais na luta simbólica para construir a visão do mundo social legítimo, e para impô-lo como universal” (BOURDIEU, 2014, p. 65).

O autor pensa então **“o Estado como natureza naturante e o Estado como natureza naturada”**. Ele analisa as definições hierárquicas a partir de alguns dicionários e refuta a ideia de democracia nelas presente, afirmando que “o Estado, no sentido de ‘conjunto de serviços de uma nação’, é que faz o Estado no sentido de ‘conjunto de cidadãos com uma fronteira’” (BOURDIEU, 2014, p. 66). Defende a tese da existência de uma fetichização que mostra o Estado-nação, como população organizada em primeira instância. Busca o autor na história da gênese do Estado algumas tradições que mostram que a ideia é inversa: há a representação de papéis preponderantes por alguns agentes sociais no aspecto de deter capital de recursos organizacionais que construíram esse ente



denominado Estado. Mostra Bourdieu (2014, p. 66): “essa coisa que chamamos de Estado, ou seja, um conjunto de recursos específicos que autorizam seus detentores a dizer o que é certo para o mundo social em conjunto, e enunciar o oficial e a pronunciar palavras que são, na verdade, ordens, porque têm atrás de si a força do oficial”. A isso, se sucedeu a ideia de Estado como “população compreendida dentro de fronteiras” (BOURDIEU, 2014, p. 66). A materialização desse ente se faz por meio de um

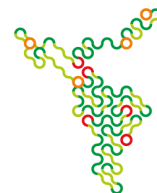
conjunto de recursos organizacionais, ao mesmo tempo materiais e simbólicos, ao qual associamos a noção de Estado, que os agentes sociais responsáveis por esse trabalho de construção e de invenção construíram o estado no sentido de população unificada falando a mesma língua, à qual geralmente associamos o papel de causa primeira (BOURDIEU, 2014, p. 66).

Esse debate dá lugar a outro denominado **“Transformar o particular em universal”** no qual retoma a ideia de comissão. Para além do fetiche, o teórico materializa as comissões enquanto agentes “particulares portadores de interesses particulares em graus de universalização absolutamente desiguais” e que detém o poder alquímico de “transformar o particular em universal” (BOURDIEU, 2014, p. 67). Essa alquimia produz e reproduz o Estado: se há fracassos ou êxitos, cumpre-se o fim de fazer funcionar a lógica da oficialização. A comissão é definida por Bourdieu (2014, p. 67) como

um ato típico de Estado, um ato coletivo que só pode ser realizado por pessoas que entretenham uma relação suficientemente reconhecida com o oficial para estarem em condições de utilizar esse recurso simbólico universal que consiste em mobilizar aquilo sobre o que todo o grupo supostamente deve estar de acordo.

É o “mistério do ministério” com suas delegações, mas que deve ser descrito em sua forma empírica.

“O Obsequium”, uma ideia acionada do filósofo Spinoza inspira o autor a transitar por um caminho que para ele é fundamental: a ideia de respeito por pessoas e formas: por meio disso se dirige ao Estado, a ordem social; “são os atos obsequiosos que encerram um respeito puro pela ordem simbólica” e não se trata de prestar homenagem a pessoa respeitável, “mas à ordem que torna essa pessoa respeitável” (BOURDIEU, 2014, p. 68). Nesse aspecto ele atenta para o ofício do sociólogo ao declarar que, se esse profissional cumpre bem sua função, ele pode se ver em dificuldades, pois lança luz sobre os “bastidores do teatro” como denunciador de questões que pairam como sagradas. Mostra que os sociólogos devem estar atentos aos detalhes, aparentemente ordinários e insignificantes, acerca de um sujeito, que é nobre por excelência. É nessa atenção que o “gap entre a teoria e o trabalho empírico chega ao máximo” (BOURDIEU, 2014, p. 69). Tal atenção ao ordinário

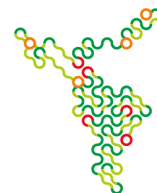


é a geradora do mal estar do sociólogo. Nesse item ele trata também a ideia de oficial afirmando sua não equivalência ao universal, o seu não reconhecimento por todos em todos os momentos. O oficial não reina como um “princípio permanente da geração de todas as ações de todos os agentes de uma sociedade dada” (BOURDIEU, 2014, p. 70). O *obsequium* produz o efeito do oficial, pois age na “lógica da hipocrisia” e do próprio oficial inscrito nos cérebros. O autor menciona a escola como uma instituição por excelência onde o oficial é incorporado e aconselha substituir a oposição Estado/sociedade civil, “pela ideia de continuum que é uma distribuição contínua do acesso aos recursos coletivos, públicos, materiais ou simbólicos, aos quais se associa o nome Estado” (BOURDIEU, 2014, p. 70).

Este debate dá lugar a outra abordagem denominada **“As instituições como ‘fiduciário organizado’**”, na qual as instituições aparecem como “o fiduciário organizado, a confiança organizada, a crença organizada, a ficção coletiva reconhecida como real pela crença e, por isso, tornando-se real” (BOURDIEU, 2014, p. 71). Sendo organizado funciona como um mecanismo regular e repetitivo que reage como automatismos. As instituições, o fiduciário, existem fora das pessoas que as habitam. Emerge a ideia de que funcionário e função não podem estar dissociados, sob pena de fragilizar a crença pública. Inspirado em Weber e Kant, Bourdieu (2014, p. 72) mostra que ordens não podem ser fundadas sobre disposições afetivas da pessoa, “uma moral ou uma política racional em cima de disposições que são fundamentalmente flutuantes”. Só há regularidades, repetições quando se instaura os automatismos, as funções burocráticas.

No item **“Gênese do Estado. Dificuldades da empreitada”** o autor defende a tese segundo a qual o Estado é constituído por “instâncias burocráticas autônomas em relação à família, à religião, à economia, que é a condição do surgimento do que se chama Estado-nação, a partir do processo pelo qual essa constituição progressiva se operou” (BOURDIEU, 2014, p. 72). A questão candente lançada pelo teórico diz respeito à possibilidade de se fazer uma “genealogia histórica dessa coisa que se chama Estado” (BOURDIEU, 2014, p. 72). Colocada tal questão ele se envereda pela tentativa de conhecer a definição oficial de seu papel abrindo um **“Parêntese sobre o ensino da pesquisa em sociologia”** para retratar a ambiguidade da sociologia. O estado de fragilidade no qual coloca esse campo, o faz reconhecer que está questionando “o próprio estatuto do discurso de tipo científico sobre o mundo social” (BOURDIEU, 2014, p. 73).

Se se concede tão dificilmente à sociologia a oficialidade, a universalidade nos limites de um universo social é porque ela tem também uma pretensão demoníaca perfeitamente análoga à



do Estado, essa de construir a visão verdadeira, mais ainda que oficial, do mundo social. Ela está em concorrência com a construção oficial do Estado, e mesmo se ela diz o que diz o Estado, ela diz que o Estado diz a verdade oficial, e por isso se encontra em posição de meta-Estado, o que não é previsto pelo Estado (BOURDIEU, 2014, p. 73).

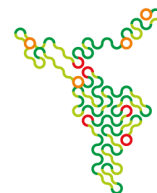
Assim, Bourdieu (2014, p. 73) afirma que o sociólogo se apropria do “monopólio da construção da representação legítima do mundo social” despossuindo de modo tácito os agentes sociais que pretendem construir uma representação pessoal do Estado que se pretenda a verdade sobre o mundo social.

Finalmente o autor debate a relação entre **“O Estado e o sociólogo”** no qual ele aciona diversos pensadores para colocar em tela temas candentes à sociologia, que fica em uma posição social e histórica difícil quando se constrói uma oposição entre a macro e a micro sociologia, grande obstáculo ao trabalho científico, quando se apoia em fatos muitas vezes não quantificados, mas construídos de outro modo. Bourdieu (2014, p.78) encerra sua conferência afirmando que mostrou “princípios de divisão e de visão do mundo, associados às diferentes disciplinas, [que] são por sua vez associados à história [...] da instituição do ensino, ela mesma associada à história do processo de estatização”. Mostrou também os instrumentos utilizados para a construção de uma gênese histórica do Estado, bem como os erros cometidos e as lições que com eles se pode aprender, das falhas do ponto de vista metodológico.

Algumas considerações

Pierre Bourdieu (1930-2002) durante alguns anos no *Collège de France* ministrou conferências sobre o Estado. Nelas o teórico desenvolveu ideias refletindo sobre questões que em seu conjunto, contribuem para a compreensão do Estado, seja em sua forma nascente, ou institucionalizada, por meio de seu volume de recursos e capitais simbólicos que são instrumentos para determinados agentes e objeto de lutas entre eles. Assim sendo, este artigo objetivou abordar a Conferência ocorrida no dia 25 de janeiro de 1990, na qual o teórico empreendeu esforços para forjar a noção de Estado, tomando noções desenvolvidas em Marx, Weber e Durkheim entre outros, mas procurando avançar, enfatizando que além do monopólio da violência física, o Estado possui também o monopólio da violência simbólica.

Nessa Conferência Bourdieu transitou entre ideias que permitem cunhar uma noção de Estado defendendo a necessária relação entre o teórico e o empírico e lançando mão de um conjunto de



reflexões que fazem ver tal possibilidade. Ao debater aspectos relacionados à teoria e empiria, comissões estatais e encenações, a construção social dos problemas públicos, o Estado como ponto de vista dos pontos de vista, parêntese sobre o ensino da pesquisa em sociologia e o Estado e o sociólogo entre outros, o teórico forneceu pistas e instrumentos para se compreender a construção de uma gênese histórica do Estado, bem abordou os equívocos cometidos e o que com eles se pode aprender metodologicamente.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das letras, 2014

CHAMPAGNE, Patrick. Prefácio. In: **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico/ Pierre Bourdieu. Texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MELO, Marilândes Mól Ribeiro de. **Não sei se valeu à pena ter sido professor, mas foi uma vida**: convergências e divergências entre o projeto de modernização do governo catarinense e o corpo docente da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (década de 1960). Orientadora: Ione Ribeiro Valle. Tese – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, PPGE, Florianópolis, 2014.

MICELI, Sérgio. Introdução. A emoção raciocinada. In: BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VALLE, Ione Ribeiro. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. In: Educação e Pesquisa. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, v.33, n.1, p.117-134, jan./abr, 2007.

WACQUANT, Loïc J. D. **O legado sociológico de Pierre Bourdieu**: duas dimensões e uma nota pessoal. Rev. Sociologia Política. Curitiba, 19, p. 95-110, nov. 2002.